



12.ª COMISSÃO DE CULTURA, COMUNICAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO

AUDIÇÃO 70-CCCJD-XV

10 de janeiro 2024

(10:00-13:00)

Ordem do dia: Audição urgente, a requerimento dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE, do Ministro da Cultura relativamente à reestruturação do GMG e sobre a aquisição de participações da Lusa.

Membros do Governo Ouvidos:

Ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito bom dia, vamos dar início à reunião da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.

Eram 10 horas.

Na primeira parte da nossa ordem do dia temos a audição ao Sr. Ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva — a quem cumprimento e agradeço a presença —, a requerimento dos Grupos Parlamentares do Partido Comunista Português e do Bloco de Esquerda, sobre a situação que vive hoje o grupo Global Media.

Vamos trabalhar com a grelha de tempos que temos vindo a utilizar nestes dias, nestas semanas, sendo que a audição começa com os grupos parlamentares requerentes, neste caso o PCP e, depois, o Bloco de Esquerda. Seguem-se as intervenções, também de 5 minutos para cada grupo parlamentar, com respostas individuais a cada grupo parlamentar por parte do Sr. Ministro da Cultura. Encerram a primeira ronda os grupos parlamentares requerentes, com nova pergunta de 2 minutos e resposta também individual.

Caso os grupos parlamentares pretendam uma nova ronda, uma segunda ronda, aí, cada grupo parlamentar terá 2 minutos e a resposta já será dada em conjunto.

Vamos então iniciar, dando a palavra ao primeiro requerente desta audição, ao Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Muito obrigada, Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Ministro.

Decorre esta audição no dia em que os trabalhadores da TSF, do *Diário de Notícias* (DN), do *Jornal de Notícias* (JN) e de *O Jogo* estão em greve, na defesa dos seus direitos, dos seus postos de trabalho, e queremos dirigir uma primeira palavra aos trabalhadores destes órgãos de comunicação social que integram o grupo Global Media.

Desde o primeiro momento, o PCP expressou a sua solidariedade com os trabalhadores e uma profunda preocupação com aquilo que se está a passar no grupo Global Media. Tomámos um conjunto de iniciativas, não só a de ouvir os representantes dos trabalhadores como, também, membros do Governo, em particular a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e o Ministro da Cultura, porque consideramos que o Governo tem responsabilidades que não podem ser descartadas relativamente às questões que estão em cima da mesa: em primeiro lugar, na salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e do cumprimento dos direitos que estão hoje consagrados; e, por outro lado, de assegurar o cumprimento dos princípios constitucionais no que diz respeito à liberdade de imprensa, à independência, à pluralidade — matérias de enorme importância no nosso País.

Pelo que se tem assistido neste grupo, temos uma grande preocupação com a intenção de despedimento de 200 trabalhadores e a destruição de postos de trabalho a que isto pode levar. Mais de um terço dos postos de trabalho dos trabalhadores do grupo Global Media podem ser destruídos — é isto que está em cima da mesa—, com tudo o que isso implica do ponto de vista da continuidade dos respetivos órgãos de comunicação social.

O que se vê é o esvaziamento das redações, a desvalorização dos títulos pelos próprios acionistas, interferências e pressões junto das redações,

também pressões, chantagens e ameaças juntos dos trabalhadores, o que teve já consequências, nomeadamente em alguns órgãos de comunicação social: no *JN*, com a suspensão dos contratos com os correspondentes, e, na TSF, com a suspensão de programas.

Sr. Ministro, relativamente a esta matéria, consideramos que deve haver uma intervenção, por parte do Governo, na defesa dos próprios órgãos de comunicação social que integram este grupo, pelo que a primeira questão que gostaria de lhe colocar é esta: na visão do Governo, e enquanto ministro que tem a área da comunicação social, que diligências foram tomadas ou pensa vir a tomar com esta perspetiva de salvaguardar, de defender os órgãos de comunicação social que integram este grupo?

A segunda questão que gostaria de lhe colocar prende-se com as preocupações sobre o grupo e a gestão por parte das várias administrações, preocupações que não são de agora, que já tinham sido expressas e são diversas. Não é a primeira vez que está em cima da mesa um despedimento coletivo, já os houve noutros momentos, com consequências do ponto de vista da redução das redações.

Este esvaziamento coloca também em causa a independência e a pluralidade, e, aliás, os próprios trabalhadores nas audições que aqui tivemos colocaram, com muita força, esta questão. A entrada de um fundo, com toda a opacidade existente em torno dele, num grupo de comunicação social é uma circunstância que suscita inúmeras questões, e o que gostaria de lhe perguntar é o seguinte: como é que o Governo, como é que o Sr. Ministro olha para todo este processo, com um fundo em que há um conjunto de aspetos que não se conhecem e em que não foram prestadas as devidas informações à ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social)?

Portanto, foram suscitadas preocupações porque não se conhece o objetivo, por parte do fundo, de ter entrado num grupo de comunicação social — qual é o projeto, qual é a intenção? —, e a questão que se coloca é a de saber se não considera isto, de facto, um elemento de preocupação.

Isto leva, depois, a uma outra questão — e a situação que se está a passar no grupo Global Media não está dissociada disto — que se prende com o processo, no nosso País, da progressiva concentração da propriedade dos órgãos de comunicação social, com tudo o que isso implica na perda de pluralidade e de diversidade. Podemos dizer que a consequência daquilo que se está a passar está à vista.

Não se considera, também sobre esta matéria, que deve haver uma intervenção por parte do Governo no sentido de impedir esta concentração de propriedade dos órgãos de comunicação social?

Vou terminar, Sr. Presidente, com uma última pergunta, relativamente à Lusa, porque o grupo Global Media detém uma participação significativa na Lusa, superior a 40 %, e há preocupações dos trabalhadores relativamente a esta situação da participação do fundo, que também já foram expressas.

Tendo em conta todo o processo, em que o que se conhece é o que veio a público, o que o Governo tornou público no comunicado que fez relativamente ao processo de aquisição das participações da Lusa — que fique bem claro que o PCP até apresentou, no Orçamento do Estado para 2024, uma proposta exatamente nesse sentido, porque consideramos que a Lusa deve ser, e deixe-me utilizar esta expressão, «de propriedade integral do Estado», tendo em conta a importância da agência no nosso País —, o que gostaria de lhe perguntar é se o Governo não tem capacidade de decisão.

Precisa da decisão de outros para decidir? Porque não tomou essa decisão e suspendeu todo esse processo?

Pela importância da Lusa e o papel que tem no nosso País, do ponto de vista até da ligação às comunidades, de coesão, seria de uma enorme relevância a agência noticiosa ser propriedade total do Estado, mas o Governo desperdiçou essa oportunidade. Porquê?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada Paula Santos.

Tem a palavra, para responder, o Sr. Ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva.

O Sr. **Ministro da Cultura** (Pedro Adão e Silva): — Muito obrigado, Sr. Presidente, muito bom dia a todos, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados.

Manifestamente, não vou conseguir, nestes 5 minutos, responder a todas as questões que a Sr.^a Deputada Paula Santos colocou, e, como imagino que elas regressem, peço-lhes desde já desculpa se deixar algumas para depois.

A minha primeira resposta é mesmo a enorme preocupação com que olho para o que se passa neste grupo, em particular, e para a forma como isto também é uma manifestação de problemas que enfrenta o conjunto da comunicação social em Portugal.

A segunda é uma palavra de natural solidariedade e empatia para todos aqueles que trabalham no grupo Global Media e que vivem uma situação muito delicada, de grande imprevisibilidade e de difícil compreensão para quem quer que seja que olhe de fora.

Quanto às suas perguntas mais concretas sobre o nível de intervenção, há um conjunto de matérias que não dizem respeito ao ministro que tutela a comunicação social; são matérias do foro laboral e, como aliás já foi dado conta ontem pela minha colega, a Ministra do Trabalho, da Solidariedade e

da Segurança Social, a ACT (Autoridade para as Condições do Trabalho) tem tido intervenção. E eu próprio chamei a atenção, no comunicado que fiz há coisa de 15 dias, de que o grupo Global pode sempre recorrer ao Fundo de Garantia Salarial — isso é uma decisão que depende da vontade de qualquer empresa, desde que preenchidos os requisitos.

Acho que a obrigação primeira de qualquer empresa é pagar os salários dos seus trabalhadores e tenho muita dificuldade em compreender como é que um novo acionista — que, supostamente traz uma de duas coisas, *know-how* ou capital —, no momento em que entra, a primeira coisa que faz é deixar de pagar salários, quando semanas antes tinha anunciado um grande investimento. Isto, como deve compreender, gera a maior das preocupações e também perplexidades.

Quanto a outros temas que a Sr.^a Deputada aqui colocou, sobre a presença dos fundos e o conhecimento, isso é matéria da ERC e, aí, provavelmente ao contrário da Sr.^a Deputada, julgo que é bom que essas matérias se mantenham na esfera de um regulador.

Quando dizemos que o negócio da comunicação social é um negócio distinto dos outros, isso tem várias consequências, mas também tem como consequência importante que se mantenha uma total separação e autonomia entre aquilo que é a esfera dos Governos e aquilo que é a ação dos grupos de comunicação social. É por isso que temos uma entidade reguladora, e do que precisamos é que essa entidade reguladora seja atuante.

Pensava que a minha última vinda ao Parlamento tinha sido a derradeira, mas agora que regresso não posso deixar de dizer que o Parlamento esteve um ano para substituir o Conselho da ERC, e isso tem consequências.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras da oradora.*

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Sim, sim, estou a olhar para a Sr.^a Deputada porque é a si que estou a responder, mas sei que não é a responsável por isso. A responsabilidade está mesmo do lado do PSD.

Nestes momentos é que percebemos como...

Risos de Deputados do PSD.

Não se riam, porque são mesmo responsáveis por isso, são mesmo responsáveis. E a irresponsabilidade que é deixar uma instituição como a ERC como deixaram, durante este tempo!

Nestes momentos é que importa recordar as consequências da vossa postura nesta matéria, e não posso deixar de chamar a atenção sobre isso.

Portanto, há um conjunto de matérias que são da responsabilidade da ERC. O que fiz, e dei também nota pública disso, foi dirigir um conjunto de perguntas à ERC, que, aliás, já vêm refletidas no comunicado que a ERC fez esta semana, designadamente para saber: se aquilo que se estava a passar no grupo Global tinha consequências, por exemplo, no caso da TSF — que é uma rádio com uma licença específica —, ou seja, se as alterações editoriais tinham consequências para o cumprimento das obrigações associadas à licença da TSF; de que forma é que aquilo que se estava a passar na Global afetava, do ponto de vista agregado, o pluralismo na comunicação social, o que é matéria que nos deve preocupar a todos; e, porque há notícias que vão nesse sentido e foram aqui feitas algumas declarações por responsáveis editoriais, da intervenção das administrações nas opções editoriais.

Portanto, isso são matérias que a ERC tem de cuidar e de garantir que acontecem.

Quanto ao tipo de intervenção e de apoios que o Estado deve dar à comunicação social — depois gostaria de desenvolver um pouco mais, porque falou do tema Lusa, mas se calhar deixo isso para uma próxima resposta —, na minha opinião, o Estado tem de dar apoios transversais à comunicação social e não apoios específicos para acudir a situações particulares, de dificuldades particulares de um determinado grupo, num determinado momento. Isso não só seria sempre um instrumento difícil de gerir como teria enormes consequências no princípio, que acho que é mesmo sacrossanto numa democracia, da total separação daquilo que são escolhas editoriais em relação a qualquer tipo de tutela, seja ela política ou acionista, no sentido de acionistas privados; mas também porque corresponderia a um desvirtuar do funcionamento do mercado, em que estaríamos a premiar os infratores.

Se fôssemos acudir a um grupo que tem problemas, em cada momento, de forma específica, estaríamos manifestamente a prejudicar todos os outros grupos que respeitam as regras concorrenciais, e isso corresponderia a um enviesamento do funcionamento do mercado, a meu ver, muito pernicioso.

Quanto ao resto, chamo a atenção de que estou aqui enquanto ministro de um Governo de gestão que, naturalmente, está limitado naquilo que pode fazer, e, mesmo quando há um sem número de proclamações abstratas de grandes compromissos em torno das intervenções adequadas no setor da comunicação social, esses compromissos desfazem-se em ar no primeiro momento em que é preciso materializá-los.

O Sr. **Presidente**: — Pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, que também requereu esta audição, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Mortágua.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Obrigada.

O Sr. Ministro, com certeza, segue atentamente e com preocupação a situação na Global Media, nos termos em que todos nós seguimos: uma preocupação, em primeiro lugar, com os seus trabalhadores e, sobretudo, com a irresponsabilidade de uma gestão que fez promessas com base em investimentos de um fundo que não chegaram a acontecer e que revelam qualquer coisa entre a mentira e a incompetência — daquilo que nós pudemos apurar.

Aliás, pelas audições que aqui tivemos, é uma gestão muito pródiga em afastar de si própria as responsabilidades — no caso do CEO (*chief executive officer*) José Paulo Fafe — e de as atirar para cima de outras entidades, nomeadamente do Sr. Ministro da Cultura. Não sei se o Sr. Ministro da Cultura teve oportunidade de, ontem, ouvir José Paulo Fafe criticá-lo por falta de coragem ao hesitar na venda da Lusa, e a responsabilizar diretamente o Governo pelo facto de a não venda da Lusa ter comprometido as contas do grupo — e isso cria aqui um dado.

Nós somos a favor da recuperação da Lusa para a propriedade pública, por várias razões. Uma dessas razões é porque achamos que a ideia do Governo de que a Lusa possa prestar serviços gratuitos é uma boa ideia, e, portanto, a ideia de que a Lusa possa ser 100 % pública é uma ideia com a qual estamos de acordo.

Gostaria de lhe perguntar qual é a cronologia e como foi o processo de negociação da compra das participações da Lusa que estão — não só no

universo da Global Media, porque elas não estão apenas na Global Media — no universo, digamos assim, de Marco Galinha?

Temos perfeita noção de que a Lusa prestou, serviu e cumpriu um papel neste negócio com o fundo das Bahamas. Ainda não sabemos exatamente qual, mas sabemos que cumpriu um papel, e, portanto, gostaríamos de perceber exatamente a cronologia desse negócio.

Em dezembro, o grupo atribuiu o fracasso do negócio da Lusa a uma permanente ingerência política, dizendo que o negócio teria tido o acordo inicial do PSD, mas que uma permanente ingerência política teria levado à inexistência do acordo. Não sei se sabe a que se refere a Global Media quando fala disso...

Ontem, José Paulo Fafe falou também da ingerência permanente do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, nas matérias relacionadas com a Global Media. Não sei se, neste negócio da Lusa, o Sr. Presidente da República exprimiu alguma vontade ou alguma opinião sobre a venda ou a não venda da Lusa.

Não sei também — e pergunto-lhe — se, além da posição do PSD, pesou o facto de haver no horizonte a entrada deste fundo e da sua administração, e se, portanto, isso também foi um dado relevante para o negócio.

Uma segunda ordem de perguntas, ainda relacionadas com a Lusa, tem que ver com as consequências que pode haver para a própria Lusa do facto de ela agora ser detida, em parte, por desconhecidos, que não sabemos o que farão às participações que têm na Lusa. Os próprios trabalhadores da Lusa demonstraram alguma preocupação em relação a isso. Pergunto-lhe: há motivos de preocupação em relação às participações não adquiridas, que

agora se encontram no turbilhão da Global Media e, portanto, sem desfecho aparente?

Em relação à Lusa, eram estas as perguntas que queria fazer.

Não vou fazer perguntas sobre o futuro da comunicação social ou sobre qual deve ser o apoio transversal público à comunicação social, porque acho que isso é matéria para discussão de programa eleitoral — não é este Governo que vai fazer nada a esse nível —, mas pergunto-lhe o seguinte: se da intervenção do artigo 14.º da ERC resultar uma situação insustentável na Global Media, que possa pré-anunciar uma falência ou uma destruição do grupo, que tipo de intervenção é que o Estado e o Governo podem fazer, temporária ou não, para salvar o grupo? Isto, sabendo nós que, caso venha a confirmar-se, o grupo não foi à falência por razões de mercado, mas foi à falência por problemas de gestão, por incumprimento de leis de transparência e por destruição ativa.

Por último, queria dizer que prolongamos as nossas preocupações. Hoje, o *Público* veio dizer que a UCAP (Union Capital Group), a gestora suíça com quem o Sr. José Paulo Fafe disse ontem que negociava tudo o que tinha que ver com a Global Media, foi liquidada e eliminada do registo comercial suíço em 25 de julho de 2022; e uma das pessoas com quem José Paulo Fafe tanto negociou, afinal, já não trabalha para a UCAP há alguns anos. Adensa-se o mistério e adensam-se as razões de preocupação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva.

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada, vou então aproveitar para me concentrar nos temas que se relacionam com a Lusa, sem prejuízo de, depois, regressar a algumas das matérias abordadas.

A Sr.^a Deputada chama — e bem! — a atenção para o facto de que este Governo já não decidirá sobre matérias mais relevantes para o apoio à comunicação social, mas há coisas que já estão previstas, já estão em andamento e vão ser concretizadas e que correspondem a essa ideia do apoio transversal, aliás, muito significativo.

Há outras coisas que estavam previstas e que já não vamos fazer. Por exemplo, posso aproveitar para dizer que estávamos a desenhar um programa de bolsas de apoio aos jornalistas, para, em 2024, apoiar o jornalismo de investigação, à imagem do programa que a Gulbenkian teve e que abandonou. Isso já não vamos fazer, mas na reprogramação do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) incluímos 10 milhões de euros para apoio à digitalização dos arquivos analógicos das televisões generalistas, e isso ainda vamos fazer, no sentido em que vamos continuar a avançar para que seja executado em 2024 e 2025.

Na verdade, este tema da Lusa e da disponibilização do serviço gratuito da Lusa é anterior a qualquer conversa com o grupo Global. Não sei precisar em que momento, mas foi algures no ano de 2023, certamente no primeiro semestre, que, no quadro do Ministério da Cultura, começámos a pensar nas intervenções de apoio transversal à comunicação social — até para responder a propostas que aparecem recorrentemente aqui, no quadro parlamentar, como seja o apoio às assinaturas digitais —, num sistema de incentivos e de apoio mais inteligente, eficaz e eficiente do que esse.

Foi aí que começámos a pensar na possibilidade de o serviço da Lusa ser prestado gratuitamente a todos os órgãos de comunicação social. Isto é,

um apoio transversal, sem candidaturas, sem métricas de acesso, com impacto em todos os grupos e um impacto particular na comunicação social local e regional. Não apenas porque na estrutura de custos destes órgãos a assinatura da Lusa é muito significativa e isto permitiria reduzir esses custos, mas também porque permitiria ter acesso a um conjunto de serviços que, neste momento, grande parte dos órgãos de comunicação social, mesmo os nacionais, deixaram de subscrever para poupar — é nisto que estamos quando pensamos na comunicação social.

Portanto, quando pensámos neste formato para a Lusa, visava, não apenas, permitir uma poupança transversal, mas também permitir que o acesso aos conteúdos fosse maior no conjunto da comunicação social. Esta ideia é anterior, estava prevista e era possível de implementar a partir de janeiro de 2024, mas entretanto as circunstâncias políticas alteraram-se muito.

E é aqui que entronca a questão da estrutura acionista da Lusa. Porquê? Porque a Lusa tem uma história — resulta da fusão de duas agências, uma delas privada, mais ligada ao conjunto dos órgãos de comunicação social — em que não temos nenhuma experiência de um acionista hostil com assento no Conselho de Administração. Não temos! E o risco que podemos correr — é um risco, não estou a dizer que é o que vai acontecer! — é o de passar a haver essa possibilidade a partir do momento em que há esta alteração na estrutura acionista do grupo Global, que tem, de facto, uma participação muito significativa, a que herda do universo Global mas também a que tem que ver com a operação da VASP.

Ora, para alterarmos o contrato de prestação de serviços noticiosos celebrados entre a Lusa e o Estado, isso tem de ser aprovado por unanimidade no Conselho de Administração da Lusa.

Quanto à questão dos trabalhadores, diria que não há motivos para preocupação, porque quem tem aportado recursos à Lusa é sempre o Estado. Ainda em 2023, como a Sr.^a Deputada bem se lembra, no quadro da negociação ocorrida na Lusa, alterámos a indemnização compensatória — e foi só o Estado, nenhum dos acionistas colocou, sequer, 1 €!

Portanto, o Estado aumentou a indemnização compensatória, em 2023, para acomodar a negociação salarial e remuneratória na Lusa. Aliás, acho que foi alcançado um acordo que ajuda a que a Lusa possa liderar pelo exemplo, no conjunto da comunicação social, também do ponto de vista laboral.

Mas há, de facto, essa possibilidade de termos aqui um acionista hostil.

Sou sincero, só ouvi o início da audição de ontem, pois ela atrasou-se muito e eu tinha um compromisso, enquanto Ministro da Cultura, e, portanto, não a ouvi. Mas o que é que se passou? No dia 31 de julho, o Sr. Marco Galinha contactou-me, dando nota de que queria falar comigo sobre esta alteração acionista na Global e sobre o tema Lusa. E tivemos uma primeira conversa sobre essa matéria no dia 1 de agosto, às nove e meia da manhã, em que me foi dito: «Vai-se concretizar a entrada destes novos acionistas, desse tal fundo, e, nesse contexto, há disponibilidade para alienar as participações que o grupo tem na Lusa.»

Quer dizer, aquilo que reconheci foi: um fundo que está sediado nas Bahamas, no quadro de uma agência noticiosa como a Lusa, parece-me um problema; e, ao mesmo tempo, como queríamos trabalhar nesta transformação do perfil da Lusa e fazer dela um instrumento de apoio à comunicação social — não apenas do ponto de vista da oferta dos conteúdos,

mas também do ponto de vista de um apoio transversal financeiro —, pareceu-nos que seria interessante iniciar conversas.

E o que é que foi feito imediatamente? Por um lado, havia que pedir à Lusa que iniciasse um processo para avaliação dos seus capitais próprios, coisa que foi feita. Foi encomendado um estudo, e julgo que já foi aqui dito que foi a Deloitte que fez esse estudo. Por outro lado, na primeira semana de agosto, estava o Governo em plenas funções e era um Governo de maioria absoluta, chamei logo a atenção para duas coisas: uma alteração desta natureza...

Posso fazer uma pergunta, Sr. Presidente? Agora, ou paro aqui e retomo o tema da Lusa, ou prossigo... É que isto precisa de uma explicação um pouco mais longa e já ultrapassei o meu tempo...

O Sr. **Presidente**: — Não, não, acho que deve concluir este pensamento e, depois, passamos ao grupo parlamentar...

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Posso regressar ao tema numa pergunta subsequente, mas...

O Sr. **Presidente**: — Acho que pode concluir o pensamento e, depois, passamos ao Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Muito obrigado.

Além desta avaliação dos capitais próprios, a meu ver, uma tomada de posição desta ordem numa agência noticiosa implicava sempre uma alteração do modelo de governação da Lusa com a criação de um órgão de supervisão que, no fundo, tivesse a representação dos interessados no

serviço da Lusa — isto é, as várias entidades representativas do setor —, com poderes para garantir, precisamente, a preservação de um ativo que acho que todos reconhecemos na Lusa, hoje, que é o da autonomia e independência.

A partir do momento em que o Estado ficasse com noventa e muito por cento da Lusa — e já lá vou aos pequenos acionistas da Lusa, porque são muito relevantes, até porque existe um parassocial —, era preciso alterar o modelo de governação. E esse modelo de governação altera-se, em assembleia geral, com a participação dos acionistas; ou seja, o Estado é que definiria o modelo de governação.

Por isso mesmo, a primeira coisa que fiz — ou a segunda, porque isso passou-se também nos primeiros dias de agosto — foi contactar o Bloco de Esquerda, o PCP e o PSD sobre esta matéria, dizendo que havia esta possibilidade — pedindo total reserva, porque tínhamos de defender os interesses do Estado na avaliação que ia ser feita e a nossa proposta basear-se-ia na avaliação que resultasse dos capitais próprios, e, logo aí, percebemos que havia uma divergência entre a Global e o Estado na interpretação do que seriam os ativos da Lusa considerados para este efeito, porque queriam incluir o edifício da Lusa na avaliação — de uma alteração do modelo de governação e, para isso, precisávamos de um compromisso.

O Estado podia, unilateralmente, alterar o modelo de governação, mas precisava de negociar essa alteração com os partidos, e portanto disponibilizei-me, logo na primeira semana de agosto, para conversar com os partidos e sinalizei a nossa ideia: era uma coisa de representação das associações do setor, do Sindicatos dos Jornalistas — seriam essas as instituições e os organismos que estariam presentes nesse modelo de governação —, e, finalmente, a liquidação da dívida da Global à Lusa.

Ora, foi isso que aconteceu. A Deloitte fez a avaliação; depois, comecei a receber sinais de alguma urgência de que a operação se concluísse, do lado dos acionistas. Devo dizer que os contactos que tive foram sempre com o Sr. Marco Galinha, nunca contactei com mais ninguém, e o que me foi sempre dito foi que esta operação devia ser feita antes da entrada dos novos acionistas, ou seja, não era uma negociação a ser feita com os novos acionistas. E, naturalmente, nunca podia conceber que aquilo que era uma transformação estratégica da Lusa para a colocar ao serviço do jornalismo fosse vista, do lado da Global, como uma forma de resolver problemas, de curto prazo, de tesouraria — acho até que isso é uma coisa um pouco insólita.

E assim foi: as negociações foram avançando, na sua tramitação normal. Quando o Estado adquire participações em empresas — e bem sei que temos um histórico, nos últimos anos, de o Estado estar mais habituado a alienar participações em empresas, e, portanto, é um pouco incomum este tipo de movimento —, naturalmente, não são os membros do Governo que adquirem as participações. O que eu fiz, e o Sr. Secretário de Estado do Tesouro também, foi, na sequência da avaliação da Deloitte e do pronunciamento da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) sobre a avaliação da Deloitte, fazer um despacho revelando o interesse em que esta aquisição fosse feita. Depois, foi a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) que fez a proposta formal aos acionistas.

E a proposta formal não foi recebida de braços abertos — julgo que, aliás, isso foi dito ontem —, porque consideraram que o valor era baixo, que a exigência de liquidação da dívida era excessiva. Portanto, julgo que andámos bem na defesa do interesse público.

Só que, entretanto, as circunstâncias políticas alteraram-se profundamente, como todos sabemos, e quando se aproxima o momento da apresentação da proposta — isto acontece numa quinta-feira, eu estava no Conselho Europeu, em Bruxelas — o Governo está em gestão. Portanto, se eu e o Governo, no início de agosto, considerávamos que, por força daquilo que implicava a tomada de posição na Lusa, era preciso um compromisso político alargado, por maioria de razão, com o Governo em gestão isso ainda mais teria de acontecer.

Fui-me mantendo a par e partilhando informação, e nunca teria referido isto, não fora o dia em que recebi um telefonema do PSD, da pessoa que o presidente do PSD indicou para ser meu interlocutor e com quem, aliás, as conversas foram muito profícuas, interessantes e totalmente abertas — e sei em que dia foi porque foi na última vez em que o Governo veio ao Parlamento debater o Orçamento do Estado, e tivemos um Conselho de Ministros imediatamente a seguir, factos que são públicos —, a dizer, e acho a explicação atendível politicamente, que considerando o contexto político deveria ser o próximo Governo a tomar esta opção. Reparem, ainda a procissão ia no adro, daquilo que é o contexto da Global que hoje conhecemos. A única coisa que sabíamos era...

Curiosamente, na sexta-feira, depois de ser entregue a carta com a proposta a formalizar o valor unitário da ação da Lusa, foi dada nota pública de que se ia iniciar um processo de reestruturação, com o despedimento de — julgo que na altura era isso — 150 trabalhadores. Convenhamos que é assim uma coisa um bocado insólita.

Mas as circunstâncias políticas alteraram-se e o PSD considerou que era o próximo Governo que devia tomar essa decisão.

Devo dizer — porque é interessante — que a primeira notícia que aparece é no jornal *ECO*, e, de facto, eu disse: «Estou a começar...» — já estava! — «... o Conselho de Ministros, não posso continuar a falar.» Bom, ainda estava a sentar-me na cadeira, no Conselho de Ministros, e já o *ECO* dizia que o Governo queria nacionalizar a Lusa e que o PSD... Até tenho aqui a notícia: «O PSD defende que o negócio da Lusa passe para o novo Governo. A compra da posição da Global Media na Lusa pode ser votada hoje em Conselho de Ministros.» Eu só me limitei a dizer que estava a entrar no Conselho de Ministros, não disse que íamos discutir isto no Conselho de Ministros!

Isto é uma forma de tratar estes temas que não me parece a melhor, e, por isso, não posso deixar de dizer que é uma matéria muito séria, que partilhei e sobre a qual fui conversando com total transparência, mas a verdade é que houve logo uma tentativa do PSD — precipitadamente, a meu ver — de fazer um aproveitamento político. Cinco minutos depois de telefonar, já estavam a contar aos jornais e até diziam que era no Conselho de Ministros que isto ia ser votado.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Mas foi o PSD?

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Sim, sim, sim. Foi: «[...] avançou ao *ECO* fonte autorizada do PSD.»

O Sr. **Presidente**: — Podemos concluir aqui esta...

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Bom, e o que é que eu penso sobre este tema? Tínhamos todos ganho se esta operação já se tivesse concluído e

não sei se será possível ela ser concluída mais para a frente. Não sei! Não sei se a disponibilidade que existia dos acionistas da Global existirá a partir de abril, quando tivermos um novo Governo em funções.

A minha opinião é de que se devia concluir essa operação. Ainda mais importante: vejo muitas declarações de grandes compromissos e proclamações sobre apoios à comunicação social e acho que era fundamental — e há enquadramento orçamental para isso — que o novo Governo tornasse o serviço da Lusa gratuito para todos os órgãos de comunicação social. Em última análise, é isso o que mais releva.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar agora ao Grupo Parlamentar do PSD, penso que até é oportuno.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Poço.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Cultura, a primeira palavra do Grupo Parlamentar do PSD, em face da situação que vive hoje o Grupo Global Media, é, naturalmente, de profunda preocupação e de solidariedade com os jornalistas e com todos os trabalhadores do grupo, que, pelos títulos que detém, é um pilar para a comunicação social numa sociedade livre, que é aquela que todos queremos no nosso País.

Por outro lado, não podíamos também deixar de dizer nesta audição que, ao longo desta Legislatura, várias vezes o PSD apresentou propostas, medidas, políticas no sentido de melhorar a sustentabilidade do setor da comunicação social. Aliás, se há medida que, ao longo desta Legislatura, avançou no sentido de ser um primeiro apoio — obviamente, um apoio não suficiente, mas um primeiro apoio, naquela que é a nossa visão — a que o

País deva ter uma bateria de políticas públicas que incentivem o consumo de jornalismo e de imprensa por parte dos cidadãos, essa medida foi da autoria do Grupo Parlamentar do PSD, no Orçamento do Estado para 2023, então aprovada nesta Casa.

Também dissemos várias vezes, ao longo desta Legislatura, que sentimos sempre que a sustentabilidade da comunicação social nunca foi uma preocupação por parte deste Governo. Naturalmente, enquanto em maio de 2022 o Sr. Ministro dizia que o Estado devia ter uma posição tímida e recuada, é também entendimento do PSD que o Estado deve ter um conjunto de políticas públicas que incentivem o consumo de informação, o consumo de imprensa e o consumo de jornalismo por parte dos cidadãos do nosso País, isto sem que o Estado, com a sua intervenção mais ou menos direta, possa colocar em causa princípios-chave para nós, tais como a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão e, naturalmente, a separação entre o poder político e as escolhas editoriais dos órgãos de comunicação social.

Por isso, não foi por falta de vontade do Grupo Parlamentar do PSD, nem de esforço ou de autoria de propostas, que o País não contou com o nosso esforço para que se melhore um problema que, como dizia também há dias o Presidente da República, é um problema grave de sustentabilidade dos meios de comunicação social.

Por outro lado, o PSD também não poderia deixar de referir, no que diz respeito à situação da Lusa, que há algumas questões que temos de ponderar, e começava já por uma questão muito concreta, tendo em conta o comunicado que o Sr. Ministro colocou, há umas semanas, a público. Quando se refere à disponibilização gratuita da Lusa aos meios de comunicação social como uma medida de apoio à comunicação, gostávamos de saber quanto é que essa medida, essa intenção de disponibilizar a Lusa

gratuitamente aos diferentes órgãos de comunicação social, representa, do ponto de vista monetário, no apoio à comunicação social. E, em particular, quanto é que representa em termos de apoio aos pequenos órgãos.

O Sr. Ministro tem um valor de quanto é que esta medida poderá ter de impacto positivo na comunicação social? E, se tiver essa informação, pode dizer-nos quanto é que representa de apoio aos pequenos órgãos de comunicação social?

Por outro lado, como o Sr. Ministro bem sabe, o PSD nunca deu o aval à aquisição da participação da Global Media na Lusa. É verdade que existiram contactos e que o PSD foi sendo informado do processo, mas nunca o PSD deu, por qualquer um dos seus responsáveis, o aval a uma aquisição, por parte do Estado, da participação da Global Media na Lusa.

Aliás, como há pouco também referiu, até pelas datas que o Sr. Ministro colocou em cima da mesa, o Governo, através do Sr. Ministro da Cultura, informou o PSD de que tinham decidido, através de um despacho também aqui já referido, avançar com uma proposta. A este propósito, gostava de perguntar ao Sr. Ministro se pode aqui tornar público qual era o valor da proposta, tendo em conta que temos diferentes valores a circular em público. Pode dizer, perante a Casa da Democracia, qual era o valor da proposta do tal despacho.

Embora o PSD nunca tenha dado aval nem recuado, como o Sr. Ministro aqui referiu — e bem! —, o PSD entendeu que, estando o processo já nesta fase avançada, com um Primeiro-Ministro demissionário e com um Governo em gestão não seria oportuno concretizar-se esta aquisição. Nem entende o PSD que o Governo procure, tanto neste dossiê como em todos os demais, à última hora e ao fim de oito anos, em fase de gestão, colocar em cima do PSD todas as responsabilidades pela sua inação ou por uma vontade

tardia de fazer, em dias ou semanas, aquilo que não quis fazer durante oito anos — não diria o Ministro da Cultura Pedro Adão e Silva, mas os Governos Socialistas liderados por António Costa.

Nesse sentido, deixava-lhe estas questões: qual será o impacto financeiro desta disponibilização gratuita da Lusa? Pode concretizar, perante todos, qual seria o valor proposto pelo Governo para a aquisição da Lusa?

Como todos sabemos, uma eventual entrada do Estado no capital da Lusa assumindo esta posição maioritária, provavelmente, terá de representar — se um dia se vier a concretizar essa operação — a tal alteração do modelo de *governance*. Podemos pensar num modelo de governação inspirado no da RTP (Rádio e Televisão de Portugal) — provavelmente um modelo de governação mais simples, para aquela que é a realidade da Lusa —, mas implica um conjunto de alterações significativas, pelo que nunca poderíamos pensar que esta proposta poderia ser feita apenas e só pela situação particular de um grupo, em específico, de comunicação social.

Nesta primeira intervenção, deixava-lhe estas questões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva.

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, vou procurar percorrer as várias propostas.

Quanto ao tema dos apoios à comunicação social, o diagnóstico que faço, e que julgo que é bastante consensual — acompanho o diagnóstico consensual que existe sobre o setor —, leva-me a crer que precisamos mais de apoios do lado da oferta do que, propriamente, do lado da procura. E o que vejo muitas vezes no Parlamento são propostas de apoio do lado da

procura, com as assinaturas, etc. Infelizmente... Isso é importante, pode ser um suplemento, um complemento, mas não é o tema, e por isso é que esta medida da Lusa nos pareceu sempre interessante e vínhamos trabalhando nela.

Fui ministro durante um ano e meio e isto começou a ser trabalhado, para ter efeito em 2024, ao longo de 2023. Quanto a esta operação, não poderia ter sido feita antes, porque foi em agosto que fui contactado pelo grupo Global, mostrando essa disponibilidade; e foi agora, julgo que em setembro ou outubro, que se concretizou a entrada dos novos acionistas.

Portanto, não havia outro momento para fazer esta operação que não este, que coincidiu com o momento de o Governo entrar em gestão. Portanto, quanto ao *timing*, não vejo qual é a questão.

A indemnização compensatória da Lusa aumentou, em 2023, em relação ao que estava previsto, de 13,5 para 14,3 milhões de euros; aquilo que estimávamos para 2024, para responder à gratuidade, eram cerca de 6 milhões de euros.

Quanto ao impacto em cada um dos órgãos, depende da estrutura de custos dos órgãos e aquilo que pagam de assinatura da Lusa. O que sabemos é que, na imprensa local e regional, é uma das grandes fatias dos custos, e, chamo a atenção: não é só a possibilidade de deixar de pagar aquilo que pagavam, é poderem subscrever serviços que até agora não subscreviam. Por exemplo, o serviço da lusofonia, em que a Lusa, de facto, acrescenta imenso valor na oferta jornalística.

Quanto à proposta, que tive oportunidade de partilhar, naturalmente que o PSD não deu o aval. Por algum motivo ainda houve uma conversa! O PSD foi sempre sendo mantido a par das negociações e da proposta que o Estado fazia, e, aliás, da própria evolução das negociações. Depois,

chegámos ao momento em que houve uma resposta positiva, e julgo que foi dado nota disso ontem. A certa altura, depois de uma reação de rejeição da proposta — sou sincero, julguei que não era possível concretizar o negócio, porque nós não abdicávamos das exigências que tínhamos colocado —, quando parecia que não se ia fazer a operação, houve um novo contacto; e foi depois desse novo contacto, antes da concretização da operação, que o PSD deu nota disso.

Fiquei a saber que, pelos vistos, houve conversações do PSD também com... A crer no que foi aqui relatado, eu isso não posso testemunhar. O que posso testemunhar é que, nesta matéria, como em todas as outras ao longo deste período, mantive a maior das reservas em relação a todos os temas que tratei; e não falei com ninguém, a não ser com o Sr. Marco Galinha, como representante, e com quem cada um dos partidos indicou para falar sobre esta matéria.

Portanto, não foi a partir de mim que apareceu nada na comunicação social nem que se soube de nada, porque acho que é mesmo importante preservar a reserva, pois estamos a tratar de defender o interesse público, também. Não é apenas a questão do apoio à comunicação social, é a defesa do interesse público. Estes temas em que se cruza o interesse público com a comunicação social recomendam particular reserva da parte de quem está envolvido, e, portanto, foi isso que sempre fiz.

Quanto ao valor da proposta, a carta que a Direção-Geral do Tesouro e Finanças entregou, no dia 24/11 ao Sr. Marco Galinha, manifesta o interesse do Estado em adquirir as 497 420 ações detidas pela Global e as 476 064 ações detidas pela Páginas Civilizadas pelo preço unitário de 2,60 €, correspondendo a um preço total de 2 milhões e 531 mil euros, aos quais era depois preciso descontar a dívida.

O momento era aquele em que se podia fazer a operação, com os *timings* normais. Reparem, isto passa-se em agosto; a Deloitte faz a avaliação durante o mês de agosto e entrega um primeiro *draft*; a UTAM tem de se pronunciar sobre a avaliação da Deloitte; os membros do Governo fazem um despacho, já com base na avaliação da Deloitte consolidada com a interação com a UTAM; e, depois a DGTF apresenta uma proposta formal aos acionistas. Aliás, num contexto em que o Governo estava a fazer também o Orçamento do Estado, o que mobiliza bastante as equipas das finanças, parece-me que foi um prazo bastante curto de interação com as várias partes.

Chegado o momento de apresentar a proposta formal, as circunstâncias políticas eram distintas daquelas do início de agosto, quando já considerávamos que era preciso compromisso com os outros partidos, designadamente porque tínhamos de alterar o modelo de governação. Isso não passaria pelo Parlamento, tinha de haver uma negociação e, portanto, à cabeça, dei nota de que alteraríamos o modelo de governação em conformidade.

Não me parece que os prazos tenham sido particularmente demorados ou que se tenha hesitado, bem pelo contrário.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Vamos passar ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e tem a palavra a Sr.^a Deputada Rosário Gambôa.

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento as Sr.^{as} e os Srs. Deputados e o Sr. Ministro, agradecendo a sua presença nesta Comissão.

Gostava de focar, num primeiro momento, a questão por que é chamado a este Parlamento, que é a questão relacionada com a Lusa, e a primeira coisa que queria manifestar é o nosso reconhecimento da qualidade da proposta que foi sendo elaborada, desde agosto até ao dia 30 de novembro.

Essa proposta tem duas grandes virtudes. A primeira é a de permitir qualificar de uma forma transversal os órgãos de comunicação social, defendendo o interesse público, de uma forma que não é casuística e que preserva a relação de independência que a Constituição e as leis reservam relativamente ao Estado e à comunicação social. E também a de fazê-lo, como foi dito, intensificando mais a oferta do que a procura, o que é importante.

Gostávamos de dizer que estas garantias de independência foram acauteladas de duas formas. Quanto à independência em termos do modelo de governação, recordo que este modelo de governação tinha um órgão de supervisão composto por diferentes *stakeholders*, mas também por jornalistas, sindicatos, trabalhadores, municípios — o que é uma questão bastante importante quando alguém se refere sistematicamente, e que nós valorizamos, à comunicação local e regional — e outras entidades que podiam vir a ser cooptadas.

Este grande projeto, que preservava a independência e tinha um modelo proposto, também tinha uma salvaguarda em relação à posição, digamos assim, financeira do Estado face à Lusa. Teve um processo de avaliação consecutivo, e o Sr. Ministro acabou de referir os diferentes passos que este processo obrigou, necessariamente, a que fossem percorridos e que reservavam ao Estado uma margem perfeitamente segura daquilo que ia investir.

Em 29 de novembro, o processo abortou. E abortou porque o PSD foi capaz de colocar o seu protagonismo político, no que sentido em que queria que fosse o novo Governo a tomar uma decisão, acima do interesse público e da salvaguarda da comunicação social. Isto, numa altura em que se sabia quem era e em que estava o Fundo, em que havia imensas dúvidas e, inclusivamente, manifestações públicas sobre a opacidade deste Fundo e os interesses que estavam a manobrar; e recordo que as questões laborais já se faziam sentir, tal como o célebre plano de reestruturação anunciado pelo CEO da Global Media.

Gostaria de passar agora para outro ponto, que tem que ver exatamente com a questão da Global Media, que aparece aqui entrelaçada, e de dizer que entendemos perfeitamente que quando um ministro vem a uma comissão tem de responder no exercício das suas competências e não pode ultrapassar os limites legais dessas competências. Como tal, e como aqui foi dito, há outras ações na esfera do Governo, como por exemplo as questões laborais, que são a ser tratadas em devido tempo.

Mas há uma questão importante, e essa questão importante chama-se ERC, o órgão definido em termos da Constituição da República que deve regular e zelar não só pela propriedade como pela concorrência e independência da comunicação social. E, como aqui já foi referido, também a ERC esteve parada durante meses na sua constituição, meses e meses sem fim! Não posso dizer agora, mas julgo que quase atingiu um ano, porque a composição do conselho regulador foi sempre, sistematicamente, posta em suspenso por uma decisão do PSD.

Chegamos agora a este ponto, em que o órgão regulador da comunicação social — que tomou posse só no dia 9 de novembro — conseguiu já fazer acionar os mecanismos dispostos na lei da transparência,

e este Fundo já foi notificado. Vamos ter de ter alguma confiança, e nós da parte do PS temo-la, porque alguém que entra no dia 9 e, neste momento, põe cá fora os mecanismos, não só acionando o artigo 14.º como tentando verificar toda a cadeia de participadas e elucidar — face a uma resposta absolutamente estranha da parte do Fundo de que essas participadas não atingiriam a percentagem de 5 % e, como tal, subtraíam-se à lei da transparência — está a trabalhar. Finalmente, a ERC está a trabalhar, e está a trabalhar também noutros domínios que nos são muito caros, como no domínio da não intromissão editorial nos órgãos de comunicação social.

Reparem bem numa coisa: desde o princípio que estamos aqui com uma questão central, a da independência. A independência face ao Estado, a independência face ao poder político, a independência face ao poder económico, a independência face a abusos de gestão, face a má gestão: e é isso que está aqui em causa.

Gostamos muito quando há solidariedade com os trabalhadores — e nós temo-la todas, e não duvido que o PSD a tenha —, mas então os instrumentos e as regras que são capazes de proteger os trabalhadores face a esses abusos também têm de ser defendidos por nós todos, e não me parece que esteja a acontecer isso.

Assim, no final desta minha intervenção, gostaria muito de lhe perguntar, Sr. Ministro, se da interpelação que fez à ERC — preocupado, e bem, com a pluralidade, com a diversidade, com a independência, com o trabalho que a ERC está a desenvolver no exercício das suas competências —, há alguma resposta mais particular que possa partilhar connosco acerca daquela que foi e tem sido a atuação da ERC.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada Rosário Gambôa.

Tem a palavra, para responder, o Sr. Ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva.

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado Sr.^a Deputada, eu partilho aquilo que a Sr.^a Deputada disse, nomeadamente sobre as responsabilidades que cabem a cada entidade e, mesmo dentro do Governo, a cada área governativa nesta matéria.

Julgo que a especificidade da comunicação social, do negócio da comunicação social, obriga a que a entidade reguladora tenha particulares responsabilidades e poderes. Acho que devemos evitar ao máximo qualquer tentação, por mais popular que possa parecer em determinado momento, de governamentalização de responsabilidades que devem ser da entidade reguladora. Não tenho, naturalmente, de fazer considerações sobre as decisões substantivas que a entidade reguladora toma em cada momento, mas não posso deixar de dar nota de que, na verdade, quando se precipitaram os acontecimentos no grupo Global... Agora já não consigo precisar se foi entre o Natal e o Ano Novo ou se ainda foi antes do Natal, mas foi talvez antes. Foi no dia em que fiz o comunicado...

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras da oradora.*

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Sim, mas quando houve declarações do CEO...

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Dia 6 de dezembro!

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Sim, mas... No dia 28 de dezembro. No mesmo momento em que tomei esta nota pública, dando conta daquilo que eram as preocupações e o acompanhamento que vinha fazendo — na sequência também quer de uma primeira reunião que tive, no início de dezembro ou final de novembro, com o Sindicato dos Jornalistas, quer depois, numa audiência que tive com um grupo de trabalhadores representando os vários órgãos da Global —, dei também nota de que tinha colocado um conjunto de questões à ERC sobre matérias que diziam respeito à ERC, mas sobre as quais julgo que era importante nós termos resposta. E vejo que, no comunicado que esta semana a ERC tornou público, vêm refletidas também essas preocupações, designadamente a licença que a TSF tem, se esta alteração e esta suspensão... A Sr.^a Deputada Joana Mortágua falava disso, ou talvez fosse a Sr.^a Deputada Paula Santos, agora já não me recordo.

Temos aqui, por um lado, todos os correspondentes do *JN* que viram os seus contratos de prestação de serviços suspensos e todos os programas que foram suspensos na TSF; e no caso da rádio, que tem uma licença particular, de que forma é que isso afeta a licença?

Por outro lado, esta eventual alteração do perfil editorial dos vários órgãos do Grupo que impacto tem do ponto de vista das obrigações de pluralismo do conjunto da comunicação social? Porque esse também é um tema muito importante e que, aliás, numa reflexão de outra natureza, tem implicações para a qualidade da oferta e a forma como a qualidade da oferta gera a sua própria procura na comunicação social.

A certa altura, a pergunta que passamos a fazer é se faz sentido nós comprarmos o jornal A, B, C ou D, porque pode haver aqui uma espécie de uniformização e indiferenciação da oferta, que é também problemática e

sensível. Portanto, a própria descaracterização dos órgãos de comunicação social é uma questão.

E, depois, há um outro tema que foi sendo afluído e que é um tema muito sério, ao qual sou muito sensível, como é público. Colaborei com um sem-número de órgãos de comunicação social, até ser membro do Governo, e acho que há uma coisa em que não devemos, nunca, transigir: em qualquer tipo de interferência nas linhas editoriais. As decisões editoriais têm de ser mesmo tomadas pelos jornalistas e pelas direções editoriais — o que quer que seja de interferência dos acionistas, sejam públicos ou privados, é um território perigosíssimo.

E, de facto, foram dadas notas aqui, julgo, de que isso terá acontecido. Isso é uma matéria mesmo muito sensível e grave.

Porventura, às vezes as pessoas têm menos consciência das implicações desse tipo de interferência, e, por isso também, a operação que queríamos fazer na Lusa era, precisamente — e o Sr. Deputado Alexandre Poço recuperou umas palavras minhas, de que eu naturalmente já não me recordava —, tímido e recuado, o que vai no sentido da forma como olho para o tipo de responsabilidades que o Estado deve ter na comunicação social.

E acho que até era um exercício interessante, no qual eu estava empenhado e mobilizado, aquilo que podíamos fazer de desenho de modelo de governação para a Lusa, porque não era apenas para responder a uma questão concreta da possibilidade que se tinha aberto de o Estado tomar uma posição hegemónica, quase, na Lusa; era de saber como é que, perante posições hegemónicas de capitais públicos, podíamos preservar um modelo que garantia autonomia editorial. E, nisso, há uma coisa que eu, há pouco, queria...

Pausa.

Sr.^{as} e Srs. Deputados...

Pausa.

Há uma coisa que, há pouco, não referi e que também é importante, porque a Lusa tem outros acionistas: o *Público*, *O Primeiro de Janeiro*, o *Diário do Minho*, a RTP e a Notícias de Portugal (NP) — e a Notícias de Portugal tem particulares direitos num parassocial que existe.

Eu também contactei estes pequenos acionistas para saber da disponibilidade deles para acompanharem, no fundo, esta tomada de posição do Estado, subindo aquilo que eram as suas participações. Essa disponibilidade não se manifestou, mas é também muito importante preservar o papel destes pequenos acionistas, porque, na verdade, a Lusa tem de ser uma agência ao serviço da comunicação social e dos órgãos de comunicação social.

Mas, e voltando um pouco à questão do Deputado Alexandre Poço, isso não esgota, naturalmente, aquilo que, por um lado, estávamos a fazer, e, por outro lado, ponderávamos e íamos fazer nos apoios à comunicação social.

Eu já falei da reprogramação do PRR, com uma verba significativa para a digitalização dos arquivos das televisões, exatamente para a sua disponibilização pública; do apoio na Lusa; do aumento que fizemos nos apoios à imprensa regional e local;...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, peço-lhe que conclua.

O Sr. **Ministro da Cultura**: — ... das bolsas para o jornalismo de investigação. Mas há também as alterações que têm sido feitas no contexto europeu, que são muito importantes e que era também relevante que o Parlamento discutisse mais — nomeadamente o *media freedom act*, mas também aquilo que tem que ver com a diretiva do *copyright* —, porque podem compensar, em parte, algumas das perdas para o digital, que são uma explicação para a dificuldade do negócio da comunicação social. E, por outro lado, porque tem de haver mecanismos de proteção dos jornalistas e de total autonomia das entidades reguladoras da comunicação social, uma matéria em que, devo dizer, olhada desde a Europa, a perspetiva não é necessariamente a mesma que nós temos, apesar de tudo com um consenso alargado, quando olhamos para ela desde Portugal.

Portanto, há mesmo matérias com as quais nos devemos preocupar nesta área.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Tem a palavra, pelo Grupo Parlamentar do Chega, o Sr. Deputado Jorge Galveias.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Cultura, agradeço a sua presença nesta Comissão, reconhecendo assim a gravidade da situação existente no Global Media Group (GMG). Voltamos hoje a reunir-nos para debater este tema de extrema importância, que tanto nos preocupa e que ameaça seriamente a estabilidade e a integridade da comunicação social em Portugal.

Efetivamente, desde outubro de 2023 que a situação no GMG se tem vindo a deteriorar progressivamente, culminando numa série de eventos alarmantes. Começo pelos ordenados de novembro, que foram pagos com atraso, e um subsídio de Natal que será distribuído em duodécimos ao longo do ano. Este facto, só por si, já representa um sério problema de gestão financeira e de respeito pelos direitos dos trabalhadores.

A situação agravou-se ainda mais com a decisão de suspender todas as prestações de serviços do *Jornal de Notícias* a partir de janeiro de 2024. Acresce ainda que, em dezembro de 2023, o grupo admitiu não ter condições para pagar os salários deste mês, refletindo uma crise financeira sem precedentes.

O Sr. José Luís Fafe garantiu ontem que serão pagos os ordenados na próxima semana, mas, perante tantas incongruências que temos ouvido ao longo destas audições, permitam-me pôr em dúvida que assim seja.

Em 6 de dezembro de 2023, o GMG revelou a intenção de negociar rescisões por mútuo acordo com 150 a 200 trabalhadores, um indicativo claro da instabilidade laboral e financeira que o Global Media Group atualmente enfrenta. Quanto a este acordo mútuo, acredito mais na palavra «chantagem».

A situação do GMG não é apenas uma crise empresarial, é um sintoma de uma problemática mais ampla que afeta a liberdade de imprensa e a democracia no nosso País, e a sua resolução necessita de ações imediatas e eficazes.

Apesar de algumas das questões que coloco já terem sido respondidas, é importante que aqui fiquem para, no futuro, quem nos veja possa conhecer as nossas opiniões. Passo então a questionar o Sr. Ministro: quais as medidas concretas que o Ministério da Cultura, responsável pela tutela da

comunicação social, tem planeadas, para intervir nesta crise e assegurar a continuidade de um jornalismo livre e independente, especialmente considerando o papel crítico do GMG no panorama mediático nacional?

Sei que o Sr. Ministro está em gestão, única e exclusivamente, mas julgo que a sua opinião representará a opinião do Governo, o que poderá ser importante para o futuro.

Dada a gravidade da situação financeira do GMG, existe algum plano de apoio ou fundo de emergência que possa ser disponibilizado para assegurar o pagamento dos salários em atraso e prevenir a perda de empregos no setor? Não me refiro ao Fundo de Garantia Salarial a que José Paulo Fafe afirmou perentoriamente que não pretende requerer, mas lembro os apoios que foram concedidos à comunicação social durante a covid-19.

Sr. Ministro, tendo em conta a crise atual no GMG e os desafios que ela impõe à estabilidade do setor da comunicação social, pergunto se o Ministério da Cultura considera necessário visitar e, potencialmente, reformular a missão, as competências e o quadro jurídico da ERC. Esta reformação visaria fortalecer a capacidade da ERC de acompanhar e intervir eficazmente em situações como a que estamos a testemunhar no GMG, assegurando assim a proteção dos direitos dos trabalhadores, a sustentabilidade financeira dos órgãos de comunicação social e a manutenção de um jornalismo livre e independente.

Pode, Sr. Ministro, por favor, partilhar a sua visão sobre a relevância e a urgência de tais mudanças no contexto atual?

Sendo a Lusa uma empresa que, digamos, é a fonte de informação de grande parte da informação dos diversos órgãos, não pode ou não deve ser propriedade do Estado. Não estamos em Cuba ou na Venezuela, e a comunicação social não pode depender das vontades dos Governos, sejam

eles quais forem. No entanto, concordamos que a participação do Estado, em percentagem que permita ter uma palavra na garantia da isenção noticiosa, é extraordinariamente importante.

E, por fim, qual a razão para ter discutido a passagem da Lusa para o Governo com o Bloco de Esquerda, o PCP e o PSD, e não com o Chega ou mesmo com a IL?

Termino, com a convicção de que, no próximo Governo, haverá mais democracia e menos rolo compressor.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Jorge Galveias.
Tem a palavra, para responder, o Sr. Ministro da Cultura.

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Muito obrigado, Sr. Deputado...

O Sr. **Presidente**: — Só um momentinho, Sr. Ministro, peço desculpa.
O Sr. Deputado Jorge Galveias pediu a palavra?

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Eu queria pedir desculpa à Comissão e ao Sr. Ministro, mas vou ter de me ausentar para a 10.^a Comissão e assistirei às respostas do Sr. Ministro mais tarde, através das gravações.

Peço desculpa, muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou de novo a palavra ao Sr. Ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva, para responder.

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Muito obrigado, Sr. Presidente e Sr. Deputado.

Quanto aos apoios à comunicação social, aproveito então para falar um pouco sobre esta matéria, sobre aquilo que vinha sendo feito e também sobre uma perspetiva para o futuro.

Como tive a oportunidade de dizer no início desta audição, julgo que estes apoios devem ser sempre transversais e sem contrapartidas — e isso ajuda também a enquadrar o caso particular da Lusa —, e devem ser dirigidos aos problemas estruturais do setor: a precariedade laboral, o desinvestimento no jornalismo de investigação, o baixo índice de leitura de jornais e a perda de receita associada à emergência do digital.

Há um conjunto de medidas que já temos em curso e que respondem a parte destes défices: a reprogramação do PRR, uma coisa muito recente e que vai ter um impacto importante na preservação da memória associada aos conteúdos televisivos dos canais generalistas, e que são 10 milhões de euros;...

O orador tossiu e ficou momentaneamente sem voz.

Peço desculpa.

Continuando: o Plano Nacional de Literacia Mediática, e é particularmente oportuno falar deste tema...

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, se quiser, fazemos uma pausa.

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Não, acho que não é preciso. Consigo recuperar a voz.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Se calhar, foi o PSD.

Risos gerais.

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Fui eu mesmo, foi autoinfligido!

Risos gerais.

Quanto ao Plano Nacional de Literacia Mediática, acho que é particularmente oportuno falar desta matéria na resposta a uma pergunta do Sr. Deputado do Chega porque há um estímulo a fazer, não apenas, à leitura dos *media*, mas também à forma como lemos os *media*. Como sabem, este plano foi aprovado recentemente e, em lugar de criar uma segunda estrutura, optámos por incorporá-lo no quadro do Plano Nacional de Leitura para aproveitar a capilaridade da rede do Plano Nacional de Leitura — quer da rede de bibliotecas quer da relação com as escolas —, pensando sempre que estas respostas não devem ser apenas para aqueles que estão em idade escolar, mas para o conjunto da população.

A coordenação do Plano Nacional de Literacia Mediática tem um prazo para desenhar aquilo que será o plano de ação, que é até meados de fevereiro, e, portanto, isso também ficará pronto.

Acho que o tema dos apoios covid deve ser revisitado, porque julgo que todos nos recordamos das polémicas que se geraram em torno dos apoios covid à comunicação social, e acho que há uma aprendizagem a

fazer. Instrumentos transversais, sem métricas, sem requisitos de acesso são mais eficazes e mais eficientes, e foi por isso que olhei sempre para a Lusa como muito interessante, como mecanismo de apoio ao jornalismo e à comunicação social.

Acho que há um trabalho a fazer, também, nas bolsas de apoio ao jornalismo de investigação, porque é um estímulo que pode ser dado.

E, para responder ao tema da captura política, este exercício da Lusa era muito interessante, um pouco à imagem, mas com importantes diferenças, daquilo que foi feito no passado em relação à RTP — que julgo que é adequado para uma empresa com a dimensão e com as características de uma televisão e de uma rádio com a escala que tem a RTP, mas que não é necessário no caso da Lusa.

Acho que é possível encontrar um modelo de governação que proteja e respeite a autonomia editorial do trabalho jornalístico e em que os capitais sejam públicos. Não há nenhuma contradição nessa matéria e julgo que era possível encontrar um modelo de envolvimento do setor, e não o modelo que predomina no Conselho Geral Independente (CGI) da RTP, que tem princípios distintos e que envolvem, inclusivamente, o Parlamento.

Acho que era mais interessante a representação orgânica do setor, e, portanto, serem as associações representativas do setor a indicar representantes para este conselho de supervisão, que depois poderia cooptar outras individualidades; portanto, ser uma coisa interna, em vez de estarmos a envolver outras entidades.

Julgo que, por exemplo, num modelo destes, o presidente do Conselho de Administração da Lusa teria de ser ouvido nesta Comissão antes de tomar posse. Mas não me preocupa nada, sinceramente, bem pelo contrário!

Com aquilo que é hoje o mundo da comunicação social — as dificuldades que há de as instâncias regulatórias saberem quem, de facto, são os beneficiários últimos; as dificuldades financeiras que os grupos enfrentam, os vários grupos; as linhas de fronteira, perigosas, entre a oferta jornalística e ofertas comerciais, ou até aquilo que tem que ver com o mundo das apostas *online* —, por paradoxal e surpreendente até que possa parecer se olharmos retrospectivamente, acho que a presença e a defesa do interesse público podem fazer-se, em muitos momentos, através da participação do Estado, e isso não condiciona, a meu ver, a intervenção e a autonomia jornalísticas.

Portanto, olho com muita tranquilidade, como olhava quando pensávamos que podíamos concluir esta operação, para aquilo que seriam as transformações a fazer na Lusa e estou confiante de que é uma daquelas matérias em que, independentemente do resultado eleitoral, o Parlamento e o conjunto dos partidos devem trabalhar para encontrar um compromisso, porque acho que nesta matéria só estamos a perder tempo e esse trabalho pode ser feito sem qualquer risco de governamentalização.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Dou agora a palavra, pelo Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, à Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Obrigada, Sr. Presidente, cumprimento as Sr.^{as} e os Srs. Deputados e cumprimento o Sr. Ministro.

Sr. Ministro, no momento em que esta audição está a decorrer, há uma greve de 24 horas dos jornalistas da Global Media — como deve ter conhecimento —, que foi confrontada com situações dramáticas,

nomeadamente com a falta de liquidez financeira, falta de dinheiro para pagamento de salários e uma larga dezena de despedimentos de trabalhadores que já foram anunciados.

Esta situação é dramática, não apenas para quem a sofre, num País em que o Partido Socialista tanto apregoa a Agenda do Trabalho Digno, mas também para a sociedade portuguesa como um todo.

Nenhuma democracia subsiste sem uma imprensa livre e próspera e, neste momento, em nosso entender, está em causa a sobrevivência de títulos históricos da comunicação social portuguesa, desde logo centenários como o *Jornal de Notícias* e o *Diário de Notícias*, mas também a TSF, que é uma rádio de referência que marcou as últimas três décadas em Portugal.

Segundo disseram ontem, nesta mesma sala, o atual presidente da Comissão Executiva do Grupo, José Paulo Fafe, e o anterior CEO do grupo, Marco Galinha, o principal fator na origem deste quadro dramático deveu-se ao facto de ter sido abortado um negócio, que estava quase a ser fechado entre a Global Media e o Governo, para a aquisição de quase 46 % de participações privadas no capital da Agência Lusa, algo que merecia o acordo do Executivo socialista através do Sr. Ministro que tem a tutela da comunicação social.

É este facto que o leva a estar aqui hoje, no nosso entender, e queremos ouvir a sua versão dos factos. Já foi dizendo algumas coisas relativamente a este tema, mas outras questões merecem ser adensadas relativamente a isto.

Ontem, também foi dito que este negócio foi abortado por motivos que, quanto a nós, merecem mais algum esclarecimento, nomeadamente pelo facto de José Fafe ter invocado a interferência direta do Sr. Presidente da

República como um dos principais fatores para impedir a venda desta parcela importante do capital da Lusa.

Gostaria, precisamente, de perguntar ao Sr. Ministro se o Sr. Presidente da República teve uma interferência direta neste negócio, e se foi ele um fator determinante para que este não avançasse.

Passando a outra pergunta, o Sr. Ministro disse há pouco que, no início do mês de agosto — esta pergunta também já foi feita, mas não foi respondida —, contactou o Partido Social Democrata, o PCP e o Bloco de Esquerda para existirem conversações relativamente à intervenção do Estado na Lusa, pois, como disse logo a seguir, queria um «compromisso político alargado».

Então, pergunto: querendo um compromisso político alargado, porque é que não contactou os outros partidos políticos?

O Sr. Ministro da Cultura: — Essa é fácil!

A Sr.^a Patrícia Gilvaz (IL): — É fácil? Obviamente que a Iniciativa Liberal não iria concordar, mas a discussão...

Risos.

O Sr. Presidente: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos deixar a Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz terminar e colocar as suas questões.

Sr.^a Deputada, desculpe, peço-lhe que retome a palavra.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — É nas conversações que se esgrimem factos e argumentos, e, portanto, não lhe ficava nada mal ter contactado a quarta maior força política nesta Assembleia da República.

Acabou de cair a notificação de uma notícia a dizer que o Sr. Ministro é contra os apoios específicos a um grupo porque desvirtuam o funcionamento do mercado. Nada mais correto — a Iniciativa Liberal associa-se a esta sua opinião.

Depois, queria perguntar: a intenção de celebrar o negócio manteve-se, mesmo após a entrada do fundo de investimento com sede nas Bahamas enquanto gestor executivo do Grupo Global Media?

Foi o Sr. Ministro que tomou a iniciativa de contactar o PSD para obter um acordo do maior partido da oposição, e em que data é que isso ocorreu? Foi no dia 1 de agosto?

Recebeu um parecer favorável do PSD nesse sentido? Quem foi o seu interlocutor com o PSD? Foi Paulo Rangel, como ontem revelou José Paulo Fafe?

Decidiu negociar com a Global Media mesmo sabendo que este grupo acumulava dívidas com a Autoridade Tributária e a Segurança Social num montante que rondava, aproximadamente, os 7,5 milhões de euros? Isso não lhe suscitou, desde logo, dúvidas de espécie alguma?

Marco Galinha revelou ontem, também, que chegou a haver uma assinatura digital de um ministro ou de um secretário de Estado, no acordo que deveria ficar formalizado em novembro. Queria perguntar-lhe se isto é verdade.

Que preço estava o Governo disposto a pagar pelos 45,7 % da participação privada na Lusa? Confirma que seriam 2,5 milhões de euros?

Há uma questão que já fiz, relativamente ao Presidente da República.

Pergunto ainda se conhece Clément Ducasse, o francês que é residente das Bahamas e que é o único rosto visível deste misterioso fundo de investimento que, subitamente, se interessou por adquirir um grupo de comunicação social português.

José Paulo Fafe, nessa mesma cadeira, acusou-o ontem de falta de coragem, e gostaria de saber como é que o Sr. Ministro reage a esta acusação.

Risos do Ministro da Cultura.

Já se está a rir, portanto, estou a ver que não reage com especial tristeza.

Como avalia a intervenção da ERC neste processo? Faltou capacidade da entidade reguladora para identificar os principais proprietários do fundo financeiro que detém um dos maiores grupos de comunicação social?

No seu entender, houve algum tipo de violação da lei da transparência por parte da atual administração do grupo?

Que diligências fez para que sejam preservados os espólios dos títulos centenários do grupo, designadamente os do *Diário de Notícias* e do *Jornal de Notícias*?

Por último, o arquivo do *DN* já foi declarado tesouro nacional e eu queria perguntar ao Sr. Ministro se irá acontecer o mesmo com o do *Jornal de Notícias*.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz.

Tem a palavra, para responder, o Sr. Ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva.

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, são mesmo muitas perguntas. Há algumas a que já respondi anteriormente, mas vou tentar responder.

Porque é que não falei com a Iniciativa Liberal?! Porque conheço a posição da Iniciativa Liberal sobre esta matéria. Eu não ia falar com um partido que é a favor da privatização da Lusa. Julgo que essa ainda é a posição da Iniciativa Liberal sobre esta matéria, e, portanto, qual era o sentido?! Esse é o motivo.

E porque, quando fazemos uma coisa destas, é mesmo importante — como, aliás, se revelou — manter reserva e garantir que a informação é só partilhada com...

Protestos da Deputada da IL Patrícia Gilvaz.

Não vejo por que motivo iria falar com um partido que é a favor da privatização dizendo que íamos tomar uma posição de 90 e tal por cento!

Falei com quem os líderes dos partidos — nuns casos, secretários-gerais; noutros, coordenadores; noutros, presidentes — indicaram para ser o meu interlocutor. Não vou, naturalmente, dizer quem foram os interlocutores. Acho que não me cabe a mim fazer esse papel!

Não tive nenhuma conversa com o Sr. Presidente da República sobre esta matéria até à véspera de Ano Novo, quando estivemos juntos num evento cultural e trocámos umas palavras. Aliás, depois o Sr. Presidente da República até deu nota pública disso mesmo.

O que conheço são as especulações que surgiram na comunicação social. O que sei são as interações que tive com cada uma das pessoas com quem falei, e já tive oportunidade, há pouco, de descrever o processo.

Não conheço ninguém dos vários protagonistas que têm sido referidos; que eu saiba, nunca me cruzei com eles. Todos os contactos que tive foram com o Sr. Marco Galinha, com quem já tinha tido interações anteriores, ao longo do meu mandato, e que, aliás, julgo que só conheci quando passei a ser Ministro da Cultura, apesar de eu ter sido colaborador da TSF durante mais de uma década. Portanto, todas as interações que tive foram com o Sr. Marco Galinha.

Quanto a assinaturas digitais, peço imensa desculpa, mas não me lembro se foi assinatura digital ou assinatura. Em relação ao despacho que eu e o Secretário de Estado do Tesouro assinámos, para desencadear o processo — já tive a oportunidade de o dizer, há pouco —, acho um pouco estranho que tenha circulado esse documento, que é o único documento que existe. Depois, foi apresentada uma carta pela DGTF.

Eu estava só a ver a data, e o meu despacho é de 20 de outubro. Portanto, é o documento que tem uma assinatura minha. Não sei se ele foi partilhado, e devo dizer que isso me preocupa.

Olhe, até aproveito para dizer que não acompanhei, ontem, porque — e já agora, também para aligeirar isto, aproveito para fazer uma recomendação — tinha um compromisso na Gulbenkian, ao final da tarde, e a audição atrasou-se muito. Estive a ver uma *performance* notável, num programa que a Gulbenkian tem de recuperação do histórico do Ballet Gulbenkian — quase arqueologia da nova dança portuguesa —, da Marlene Monteiro Freitas. Hoje há também uma récita, e, portanto, recomendo vivamente aos Srs. Deputados e às Srs. Deputadas que vão.

Não darão o seu tempo por perdido. É hoje, às 8 horas da noite, e — o Sr. Deputado Rui Tavares está a agradecer! — eu recomendo mesmo.

Portanto, não tive oportunidade de... Fizeram-me relatos. Não sou dado a bravatas e, portanto, tenho bastante realismo e já procurei descrever aqui o racional da intervenção que estávamos a fazer. Se, por maioria de razão, em agosto, eu pensava que era preciso alterar o modelo de governação e isso implicava um compromisso que nem sequer tinha de ser parlamentar, mais acharia que tinha de ser assim depois de o Governo estar em gestão.

Quanto à classificação... Sr. Presidente, aquilo é o meu tempo?!

O orador apontou para o cronómetro da sala.

O Sr. **Presidente**: — Aquela é a soma do tempo da Iniciativa Liberal,...

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Peço desculpa, assustei-me!

O Sr. **Presidente**: — ... mas estamos no limite.

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Sim. Quanto à classificação, como bem disse, os arquivos do *DN* já estão protegidos, e houve uma iniciativa para a classificação do arquivo do *JN*.

As classificações nascem... Qualquer pessoa pode propor a classificação do arquivo de um jornal. O Ministério da Cultura intervém depois — o Ministro, em particular, da tutela — numa fase já avançada, quando o processo já está instruído e já está com uma proposta. A partir do

momento em que as diligências se iniciam, está em vias de classificação, e, portanto, já está protegido como se estivesse classificado.

Quanto ao *JN*, houve uma interação entre a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), que neste caso é quem tem as competências, e o *JN*, precisamente para organizar uma primeira visita aos arquivos. Tendo em conta a situação da mudança de instalações que decorria na altura, isso foi adiado e ainda não foi possível marcar essa nova visita. Mas julgo que não há razões para termos particulares preocupações em torno desta matéria, bem como em relação ao arquivo do jornal *A Bola* — em que sei que já houve uma iniciativa para o classificar —, que é um arquivo fotográfico mesmo muito relevante.

Quanto à ERC, também já tive oportunidade de dizer aqui que a ERC esteve numa situação de alguma paralisia, por incapacidade do Parlamento de nomear um novo conselho regulador. Este conselho regulador tomou posse há mês e meio e, como é público, tomou uma decisão e uma iniciativa importante, esta semana, que nunca tinha acontecido.

Quanto ao resto, julgo que o Sr. Deputado do Chega também tinha perguntado sobre o quadro legal, quer da ERC... Julgo que já tive oportunidade de dizer isto no Parlamento, em outros momentos: acho que o Parlamento tem o dever de visitar toda a legislação que tem que ver com a comunicação social, porque muita dela é anacrónica — corresponde a um tempo e a um momento que já não são o da comunicação social de hoje.

Aliás, ao nível europeu, isso tem sido feito em algumas matérias relevantes, umas que já estão concluídas e outras que estão numa fase avançada de negociação, como o *media freedom act*.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Quero dizer-lhe que aceitamos a sua recomendação para a *performance* da Gulbenkian, mas quero também dizer-lhe que, ontem, os Deputados tiveram aqui, também, uma grande audição.

Risos.

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Eu sei, mas ontem não podia... Eu só estava a justificar...

O Sr. **Presidente**: — Uma grande audição...

Risos.

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Sr. Presidente, se me permite, eu só estava a justificar por que motivo não pude acompanhar a audição, que se prolongou.

O Sr. **Presidente**: — E, depois da audição, ainda aprovaram uma proposta final de lei sobre a discriminação no desporto. Portanto, foi uma reunião, quase até à meia-noite, muito profícua.

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Mas hoje, para compensar, vão à Gulbenkian.

O Sr. **Presidente**: — Vamos à Gulbenkian, muito bem, a convite do Sr. Ministro da Cultura!

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Não, não, isso não, porque o Ministro da Cultura não tem responsabilidades na Gulbenkian! Se ainda fosse um teatro nacional...

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, vamos retomar a nossa audição sobre o grupo Global Media.

Tem a palavra o Sr. Deputado eleito pelo partido Livre, Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares (L)**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, a todas e a todos, bom dia ao Sr. Ministro, também, e obrigado pela recomendação cultural.

Ontem tivemos aqui, de facto a essa mesma hora, uma audição que nos deixou a todos inquietos e que, ainda por cima, quando comparada com a audição que tínhamos tido de manhã, deu para percebermos que a situação do grupo Global Media é crítica. Acho que ninguém que tenha visto as duas audições ficou com a sensação de que esta agonia se pode prolongar muito no tempo.

Sem prejuízo de todas as questões mais genéricas, que já discutimos há muito tempo e que também precisam de soluções urgentes, mas que são de médio e longo prazo — têm que ver com assegurar a sustentabilidade dos valores do jornalismo, que são importantes para a democracia, enquanto os modelos de negócio do jornalismo mudam e desejamos que se possam tornar sustentáveis —, independentemente do que o futuro nos reserva, a verdade é que a democracia precisa de jornalismo, precisa de imprensa livre, e a situação na Global Media tem uma temporalidade que é muito mais curta. E, portanto, vamos precisar de decisões.

O Ministério Público tem de investigar, a ERC tem de fazer o que já deveria ter feito — esperamos que produza efeito rapidamente —, mas a questão que lhe queria colocar é esta: e se for necessário tomar decisões rápidas para um grupo que se pode estar a perder?

Isto significaria perder, na prática, dois dos nossos quatro diários, uma das rádios jornalísticas mais importantes do País, e, quando se perdem títulos de imprensa assim, é mau para os próprios e para os seus concorrentes, porque sem concorrência na imprensa ninguém beneficia. A rádio *x* não beneficia se a sua concorrente, rádio *y*, acabar e é péssimo para o País.

Acrescento a isso que o mais grave problema — e o último *Media Pluralism Monitoring Report* da União Europeia confirma-o —, o risco que em Portugal aumentou, é o do critério de pluralismo de mercado. Ou seja, a interferência política por parte do Estado, no caso português, mantém-se de forma mais ou menos estável, com um risco baixo quando comparado com o resto da Europa. Não é aí que tem estado o risco para a imprensa, desde 2016 até 2023, que é quando estes relatórios têm sido feitos.

O problema da inclusão, dentro dos títulos de média, é um problema importante. Já o era no início, e era até o risco maior para a imprensa portuguesa — a falta de vozes regionais, de inclusão social, etc., etc. —, mas é um risco moderado quando comparado com os outros países da União Europeia. Onde está mesmo o risco grave, e onde ele disparou, tem que ver com a concentração da detenção dos média e com a opacidade, que, neste caso então, é flagrante! Não conhecendo os proprietários não sabemos quais são as intenções.

Podemos estar aqui a discutir, no abstrato, que se o Estado intervier há um risco de interferência política sobre os média e, ao lado, estar um fundo, de quem não conhecemos nada, que também pode ter intenções políticas —

essas, ainda por cima, ocultas — e a interferência política ser muito pior ainda; até porque, ontem, tivemos a confirmação de que interferência editorial já houve e foi assumida, e muito claramente, pelo presidente da Comissão Executiva.

Portanto, a questão é: o que é que o Estado pode fazer? Não em termos de apoios diretos a um grupo de média, mas, se for preciso, basicamente, intervir e nacionalizar. E se for preciso, nesse caso, porque quando colocados perante uma situação... Se aparecer alguém, agora, que compre e assegure sustentabilidade, respeitabilidade e credibilidade àquele grupo, provavelmente, todos acharemos que é uma solução melhor do que o Estado nacionalizar, mas se isso não acontecer, vamos ser colocados perante uma escolha que é esta: perder ou fazer qualquer coisa para que não se perca.

Esse «qualquer coisa» deve ser temporário e deve ter garantias de independência editorial, como já se fez essa reflexão. Essa reflexão já foi feita coletivamente, por nós todos, em relação a RTP, foi feita em relação à Lusa, em outros moldes, mas, provavelmente, também teria de ser feita neste caso: uma nacionalização temporária, com um conselho de administração que tivesse nomeados, e podemos pensar onde é que os poderíamos ir buscar — ao Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, a fundações privadas de prestígio que pudessem nomear alguém, ao Sindicato de Jornalistas; ou, se houver melhores opiniões, acho que estaremos todos prontos a aceitá-las.

Mas, portanto, imagine-se que, dentro de dias, a escolha é: ou isto vai ao fundo — não ao fundo que supostamente o salvou, mas ao fundo, mesmo — e perdemos este valor para a imprensa e para a democracia portuguesa, ou o Estado faz qualquer coisa. Se faz qualquer coisa, presumo que já tenha

havido uma reflexão acerca dos termos em que ela será feita, em termos temporais e em termos de garantia da independência dos média.

Era acerca disto que gostaria de ouvir o Sr. Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Rui Tavares.

Tem a palavra, para responder, o Sr. Ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva.

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Deputado, respondo por pontos, até à questão principal que me colocou.

Acompanho que, de facto, há um tema com o presente da democracia. Não podemos ficar sempre à espera de que, no futuro, haja um modelo de sustentabilidade para a comunicação social como a conhecemos no passado. Acho que, para garantir a diversidade e o pluralismo, precisamos de encarar de frente que, hoje, nem toda a comunicação social é viável como modelo de negócio, e, portanto, precisa de outro enquadramento, coisa que vem sendo feita em alguns países, com fundações.

Mesmo no caso português, há órgãos de comunicação social em que, julgo, os acionistas assumem as perdas como fazendo parte daquilo que é o propósito; portanto, o propósito não está naquele negócio em particular, e só isso é que explica que tenhamos órgãos de comunicação social que dão prejuízo. Acho que é interpretado, até, como uma valorização da imagem corporativa de uma determinada empresa, ou como projetos editoriais que têm um propósito que não o negócio. Acho isso tudo legítimo, desde que haja diversidade e pluralidade.

Não posso deixar de dizer que, desde que refleti sobre este tema da Lusa, me preocupa a diversidade. Isto é, quero crer que, após as eleições,

haverá capacidade, que este tema vai estar nos programas eleitorais dos vários partidos e que vamos descobrir que, afinal, toda a gente quer que a Lusa tenha oferta gratuita — fico muito contente por ter deixado esse compromisso como legado.

Mas isso coloca o tema da diversidade, porque, com o valor que acrescenta a cada um dos órgãos de comunicação social, se passam a ter o que já têm da Lusa e ainda mais conteúdos da Lusa que neste momento não subscrevem, de repente, há uma espécie de uniformização e padronização da oferta. Isso é um tema! E como é que resolvemos isto? Onde é que estão os recursos para cada rádio local, para cada jornal local, para o conjunto dos *sites online* que, neste momento, quando abrimos, fazem *copy/paste* da Lusa, às vezes reproduzindo e replicando os erros ortográficos da Lusa? Isso é um tema!

Ou seja, não é como se estivéssemos aqui a falar de uma solução — certamente, do ponto de vista financeiro está longe de resolver todos os problemas, é apenas uma ajuda — que, do ponto de vista dos conteúdos, resolva tudo, porque há novos problemas.

Se os Srs. Deputados, que têm os telemóveis, os computadores e os *tablets* à frente, forem a diversos *sites*, vão descobrir que todos estão a dar a mesma notícia sobre o que aqui se está a passar. E se, porventura, a Lusa cometeu um erro no *take* inicial, que vai corrigir daqui a bocado, essa correção já não vai estar refletida em lado nenhum. É como o «chinelos» que foi encontrado morto num concelho qualquer do norte, que era um «chileno» — alguns recordar-se-ão dessa notícia do «chinelos», que foi publicada em muitos órgãos de comunicação social.

Isto é mesmo um tema. Como é que o resolvemos? Acho que é preciso mesmo grande exigência na forma como o fazemos, com a

consciência de que, infelizmente, em Portugal, a disponibilidade do setor privado para investir na comunicação social, assumindo perdas sem que os propósitos sejam pouco claros, é reduzida. Ou seja, o modelo que tem o *The Guardian*, temo bem que não seja reproduzível em Portugal.

Temos uma grande desvantagem face a Espanha, França, Inglaterra e Estados Unidos, que são países que podem ter órgãos de comunicação social de dimensão mundial, mas apesar de tudo temos a lusofonia, que nos devia levar a ter alguma preocupação e algum ativismo nesta matéria.

O que é que se pode fazer, concretamente, no presente? Há dois temas: o «pode» e o «quer». Quanto ao «pode», tenho as maiores dúvidas de que um Governo em gestão possa, sequer, tomar decisões como aquelas que o Sr. Deputado acha que deve. Não estou a dizer que o Governo considera que deve, estou só a dizer que mesmo que achasse que devia, não é nada claro que o Governo pudesse.

Por um lado, fico muito preocupado com a tensão acionista no interior da Comissão Executiva da Global, que é uma coisa... Também não vimos muitas vezes uma coisa dessas acontecer em Portugal, não é? De repente, descobrirmos que os acionistas de referência que têm representação na Comissão Executiva, sobre os mesmos temas, dizem coisas diametralmente opostas! Não sei, mas não me está a ocorrer que isso tenha acontecido; tirando naqueles casos dos bancos, naquelas fases particularmente críticas, não temos assistido àquilo a que assistimos hoje.

Se não são capazes de cumprir a obrigação de pagar salários, o que há a fazer é recorrer ao Fundo de Garantia Salarial, que tem dois pressupostos — como calcula, não tenho essa responsabilidade, mas acho que é preciso uma de duas possibilidades —: declaração de insolvência ou reestruturação. Uma empresa que não paga salários alguma coisa tem de fazer, é a sua

responsabilidade, mas também foi dito que estavam a trabalhar para que isso acontecesse a breve trecho.

Já tive oportunidade de dizer — aliás, como a Sr.^a Deputada da Iniciativa Liberal recordou — que acho que é preciso muita prudência nesta matéria e que aquilo que devemos ter são apoios transversais, e não apoios desenhados à medida deste grupo, porque, então, que sinal estaríamos a dar aos outros grupos, em que os acionistas são capazes de compensar perdas, ou em que têm resultados positivos e, apesar de terem dívida muito significativa, são capazes de gerir a dívida que têm? Quer dizer, o que é que estaríamos a dizer a esses grupos?

É que, apesar de tudo, é um mercado concorrencial. E os relatos que nos são dados — de erros de gestão; de declarações de acionistas que entram e dizem que vão investir, para depois, afinal, estarem a reestruturar — são incompatíveis como Estado vir agora acudir essas intervenções.

Portanto, o Estado tem mecanismos de proteção das obrigações remuneratórias face aos trabalhadores, e é nesse quadro que devemos trabalhar.

Há uma coisa que me causa perplexidade, que é a evolução discursiva a que fui assistindo, de fora, daqueles que têm responsabilidades neste grupo. Há uma reflexão a fazer sobre isso, coisa que, aliás, também se manifestou na negociação com o Estado.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Estamos a chegar ao final da primeira ronda desta audição e devolvo a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, enquanto grupo parlamentar que requereu esta audição.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, agora por apenas 2 minutos, seguindo-se resposta direta do Sr. Ministro, também por 2 minutos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Voltando à questão da Lusa, na altura em que se estava a processar, o Governo ainda tinha todas as condições. O decreto do Presidente da República só foi publicado a 7 de dezembro, portanto, o Governo tinha plenas competências para tomar decisões.

Numa matéria de especial importância como esta, de facto, aquilo que identificamos nesta reunião é que o PS e o PSD impediram que o Estado assumisse o controlo da Lusa, com tudo o que isso implica. O Governo tinha condições para tomar essa decisão, não o fez porque não quis.

Creio que isto é o que resulta desta audição, com tudo o que implica. O Sr. Ministro, na sua intervenção, até referiu preocupação com a presença de um fundo, cujas intenções não se conhecem, como acionista da Lusa, e, de facto, é motivo de preocupação. Mas a questão que se coloca é do papel estratégico que a Lusa tem no plano da comunicação social no nosso País, e o Governo tinha condições para tomar a decisão; não o fez porque não quis.

Sr. Ministro, gostaria ainda de voltar atrás em outras duas questões. Quando lhe perguntei pelo fundo, não lhe estava a perguntar sobre os acionistas ou sobre quais eram intenções. Perguntava-lhe se não via também com preocupação a entrada de um fundo num grupo de comunicação social, com a opacidade toda que há em torno deste processo. Aliás, as audições que temos tido na Assembleia da República revelam exatamente isso: não-respostas e contradições relativamente a todo este aspeto.

Entendemos que têm de ser apuradas todas as responsabilidades dos acionistas e das diversas gestões do grupo Global Media. Isto não pode ser

descurado! Na situação em que o grupo está, este apuramento tem de ser feito.

Há uma outra questão. Há pouco, quando perguntava da intervenção por parte do Governo, não lhe estava a colocar as questões no plano laboral, porque ontem tivemos oportunidade de abordar essas questões com a Ministra do Trabalho, estava a perguntar-lhe da intervenção do Governo na defesa dos órgãos de comunicação social no sentido de os proteger, de os defender, de salvaguardar a pluralidade e a independência.

E também não estava a falar daquelas que são hoje as competências da ERC, não era esse ponto que estava a referir.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, peço que conclua.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Terminei, eram estas as questões.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada Paula Santos.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva, para responder.

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Muito obrigado.

As circunstâncias políticas eram profundamente diferentes no final de novembro, por relação a agosto. Eu já disse que, se em agosto considerava que era preciso um compromisso político, por maioria de razão, quando as circunstâncias políticas de facto se alteraram considerava o mesmo.

E há uma coisa sobre a qual não tenho dúvidas, porque, por exemplo, na sexta-feira, o dia seguinte à Direcção-Geral do Tesouro entregar a carta e ter o encontro com o Sr. Marco Galinha com o início formal da negociação

— porque é aí que se inicia formalmente a negociação —, o PCP colocou logo uma questão, que apareceu na Agência Lusa, sobre que tipo de apoios vinham sendo dados ao grupo Global. Tenho a certeza de que se temos avançado, tendo acontecido o que aconteceu posteriormente, neste momento, o que a Sr.^a Deputada me estaria a perguntar era como é que eu explicava que os fundos da Direção-Geral do Tesouro, os fundos do Tesouro, tivessem servido para financiar despedimentos no Grupo Global Media.

É que isto é mesmo muito sensível! Por isso é que, há bocado, meio a brincar, eu disse que este compromisso, que parecia sólido, rapidamente se iria desfazer em ar. Porque, de repente, o tema já não seria o ganho e a vantagem, que acho que coletivamente temos, em proteger a Lusa de um acionista que pode eventualmente ser hostil — é esse o principal risco, termos no Conselho de Administração da Lusa um acionista hostil, coisa que nunca tivemos, que pode impedir o que julgo ser um consenso alargado no sentido de alterar o contrato de prestação de serviço, pois tem o poder de veto — e a discussão passaria a ser sobre como é que o Estado injetou dinheiro num grupo para financiar despedimentos; quando nós não temos nenhum instrumento para controlar isso, porque era uma operação que se fazia, que estava concluída, e, a seguir, os acionistas fariam o que quisessem daquele dinheiro.

Há uma coisa que queria também dizer e que me gera perplexidade, sobre a afirmação que tem sido feita de que o dinheiro do Estado era decisivo, a curto prazo, para resolver os problemas do grupo Global. É que no dia 24 de novembro, na sexta-feira...

Portanto, a carta foi entregue na quinta-feira, com aquelas exigências do valor unitário de ação, da liquidação da dívida, etc.; no dia 24, fizeram-

me chegar esse *e-mail*, através da Agência Lusa, e isso depois chegou ao meu gabinete e ao gabinete do Secretário de Estado do Tesouro.

O grupo Global, que precisava do dinheiro da Lusa para resolver problemas de tesouraria nos dias imediatamente a seguir, fez uma contraproposta para adquirir a participação que o Estado tinha na Lusa pelo valor que o Estado oferecia ao grupo Global. Como é que isto é compaginável com a ideia de que a verba da Lusa era fundamental para assegurar os salários?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Mas eu não coloquei essa questão.

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Mas eu é que estou a dizer...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Falei sobre da importância da Lusa.

O Sr. **Ministro da Cultura**: — A importância da Lusa... Estou só a chamar a atenção de que o argumento de ser fundamental a operação Lusa ser concluída para responder às necessidades de tesouraria cai por terra quando há uma contraproposta. Porque, de facto, consideravam — e julgo que isso foi dito aqui ontem — que a proposta que o Estado fazia era uma proposta que, a meu ver, defendia o interesse público, do ponto de vista do valor e do ponto de vista das obrigações de liquidação da dívida.

Já agora, Sr.^a Deputada da IL, quanto à dívida fiscal e da Segurança Social, eu não tinha como saber dessa dívida porque existe um plano de pagamentos, que julgo que está a ser cumprido. Portanto, nós não sabemos o montante em dívida; se a dívida é conhecida e está a ser paga, não há como como sabermos. Outra coisa é a dívida dos serviços prestados pela Lusa.

Mas a verdade é que houve essa contraproposta, na sexta-feira, de, indo ao encontro do programa político da Iniciativa Liberal, adquirir ao Estado. Portanto, a Global ficaria com 95 % da Agência Lusa se nós levássemos a sério a proposta que foi feita.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Tem a palavra pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, para encerrarmos esta primeira ronda, a Sr.^a Deputada Joana Mortágua.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Bloco de Esquerda está do lado dos que acham que uma intervenção estatal para salvar a Global Media pode vir a ser necessária, na medida em que, como falámos há pouco, a Global Media pode não estar a ser vítima da sua posição no mercado concorrencial e de um modelo de negócio falhado, mas sim de uma tentativa de assassinato deliberado da empresa por motivos que desconhecemos.

Há momentos em que a intervenção estatal é mesmo a única forma de garantir a independência, a pluralidade, a democracia e a autonomia em relação a tentativas de ocupação, de dominação e, até, de manipulação e de utilização de determinados grupos para projetos políticos ou outro tipo de projetos que, na verdade, desconhecemos.

Ou pode vir a ser necessária se da falência desse grupo resultar uma concentração inaceitável dos *media* de referência e da globalidade dos *media* nacionais em Portugal, que era aquilo que aconteceria, parece-me — num País que já tem níveis de concentração de comunicação social altíssimos —, caso a Global Media não existisse ou se fosse cortada às postas e agregada

aos grupos já existentes. No caso da rádio há o Mário Ferreira, nos títulos em papel há a Cofina.

Por outro lado, o Estado terá muita dificuldade em justificar a não intervenção numa empresa estratégica em dificuldades porque o mercado é concorrencial, depois de ter feito intervenções na banca em barda, com prejuízos enormes para o interesse público e por razões que não têm rigorosamente nada que ver com aquelas que estamos aqui a discutir; depois de exemplos como a Efacec, depois de tantos outros exemplos em que discussões e critérios diferentes de interesse público levaram a intervenções estatais. Portanto, esse não é um critério absoluto e acho que essa possibilidade pode estar em cima da mesa. Para o Sr. Ministro não está, para o Bloco de Esquerda estará.

A minha última pergunta tem que ver com a primeira que lhe fiz — e termino com isto —, que é sobre a aplicação do artigo 14.º por parte da ERC. Há ou não uma avaliação do que poderá vir a acontecer ao grupo a partir da aplicação deste artigo? E isto tem também, ou não, consequências na Lusa? — e esta é uma pergunta genuína, pois não sei se a suspensão dos direitos de participação do fundo na Global Media também suspende os direitos de participação do fundo na Lusa, se isso é extensível ou não.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.ª Deputada Joana Mortágua.

Sr.ª Deputada Patrícia Gilvaz, pede a palavra sobre a condução dos trabalhos?

A Sr.ª **Patrícia Gilvaz** (IL): — Exatamente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Quero dar nota de que o Sr. Ministro da Cultura referiu há pouco, pela segunda, vez que a Iniciativa Liberal defende a privatização da Lusa.

Primeiro, deixei passar, porque pensava que o Sr. Ministro estava a confundir com a RTP — e isso, sim, está inscrito no programa eleitoral da Iniciativa Liberal —, mas não viu, em lado nenhum, a Iniciativa Liberal defender a privatização da Lusa. Não sabemos ainda qual será o programa eleitoral da Iniciativa Liberal, mas até agora não ouviu...

Risos.

Posso falar? Obrigada, estou a falar.

Portanto, não pode dizer que a Iniciativa Liberal defende a privatização da Lusa porque não ouviu de nenhum responsável pela Iniciativa Liberal nem leu em nenhum documento oficial da Iniciativa Liberal que defendemos a privatização da Lusa.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz.

Sr. Ministro, tem a palavra para responder às questões colocadas pela Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

É mesmo um exemplo de como o debate gera um compromisso muito mais alargado do que aquele que somos capazes de antecipar.

Fico muito contente de ter esta indicação. Estava genuinamente convencido que esta era a posição da Iniciativa Liberal, que é um partido de

grande fidelidade aos seus princípios ideológicos e que, portanto, normalmente materializa nas mais diversas dimensões os princípios ideológicos que enquadram a sua ação.

Peço-lhe imensa desculpa, estava mesmo convencido...

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, já todos percebemos que quis deixar claro que falou sobre a privatização da RTP e não falou sobre a privatização ou a nacionalização da Lusa. Enfim, já deixou clara a sua posição e o Sr. Ministro interpretou também, com algum sentido de humor, a posição da Iniciativa Liberal.

Mas, enfim, quando cercearmos o humor, não sei o que é que vamos cercear mais!

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Verdade seja dita, a Iniciativa Liberal nunca tem nenhuma tentação de cercear o humor.

Portanto, peço desculpa, mas estava mesmo convencido de que a Iniciativa Liberal era favorável... Fico muito contente, muito contente, e peço-lhe desculpa. E vou ler com muita atenção o programa eleitoral da Iniciativa Liberal para certificar que não vão defender a privatização da Lusa, depois daquilo que tem acontecido na comunicação social em Portugal. Isso deixa-me muito satisfeito.

Gostava de conseguir responder com a mesma clareza à Sr.^a Deputada Joana Mortágua sobre o artigo 14.º, mas não sou capaz. Acho que são questões que têm mesmo de ser dirigidas à ERC, estas das implicações, porque, na verdade, é território desconhecido. Nunca aconteceu a invocação

daquele artigo, e a ERC tem de clarificar as consequências; e, eventualmente, de densificá-las.

Quanto ao tema da Lusa, não quero arriscar uma resposta definitiva, mas diria que a principal implicação — porque aí há um acionista maioritário, que é o Estado — pode ser, eventualmente, a paralisia de decisões que implicam a unanimidade do Conselho de Administração. E não sei se a unanimidade tem de ser dos que estão presentes ou daqueles que poderiam estar presentes, é matéria que me escapa.

Mas sublinho que a alteração do contrato de prestação de serviço público tem de ser aprovada por unanimidade no Conselho de Administração. Portanto, aquilo de que temos estado aqui a falar, que é esta possibilidade da gratuitidade do serviço da Lusa, precisa de unanimidade no Conselho de Administração da Lusa.

Mas, quanto a isso, os Srs. Deputados que estão a trabalhar nos programas eleitorais, aqueles que vão ser candidatos, e eventualmente eleitos no próximo, na Legislatura terão oportunidade de voltar a esta matéria.

Sinceramente, julgo que a ERC o fará, porque tornou pública, julgo que anteontem, aquela nota à comunicação social; depois tornou pública a decisão e tenderá a densificar as implicações. Mas eu — voltando um pouco atrás, à questão da Sr.^a Deputada Paula Santos, e, eventualmente, ao contrário da interpretação da Sr.^a Deputada Joana Mortágua e da Sr.^a Deputada Paula Santos — sou favorável a uma total separação de responsabilidades e competências entre a entidade reguladora e a esfera governamental. Acho que isso deve ser preservado de forma muito clara.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, chegámos ao final da primeira ronda e aquilo que passou a ser a nossa regra é, no final da primeira ronda, perguntarmos se algum grupo parlamentar considera necessário abrir uma segunda ronda.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — O Grupo Parlamentar do PCP considera necessário abrir a segunda ronda.

Vamos, então, fazer uma segunda ronda, em que cada grupo parlamentar tem 2 minutos para colocar questões ao Sr. Ministro, que responde de forma conjunta, no final, a todas as questões colocadas.

Começaremos, como sempre nesta Comissão, pelo maior grupo parlamentar da oposição, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Poço, do Grupo Parlamentar do PSD, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Cultura, depois de já termos tido algumas respostas da sua parte, relativamente ao tema que hoje estamos aqui a debater, gostava de perguntar ao Sr. Ministro se, alguma vez, enquanto acionista maioritário da Lusa, o Estado propôs no Conselho de Administração da Lusa que, em troca do aumento da indemnização compensatória, existisse essa alteração do contrato de prestação de serviço público no sentido de baixar o preço ou de avançar para a gratuidade dos serviços que a Lusa vende aos órgãos de comunicação social.

Não pergunto enquanto plano futuro, mas sim se, enquanto o Sr. Ministro foi responsável pela comunicação social, o Estado teve essa iniciativa junto dos demais acionistas privados da Lusa. E se nunca

considerou isso quando andámos, ao longo do ano passado, a discutir o aumento da indemnização compensatória à Lusa

Esta seria a minha primeira questão...

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Peço desculpa, mas não percebi muito bem a pergunta...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — O Sr. Ministro refere, e referiu também em comunicado — e, portanto, vou voltar a referir o tema —, que o reforço da posição acionista do Estado no capital da Lusa teria como um dos principais eixos da atuação do Estado ou da visão estratégica para o futuro da Lusa que a Lusa passasse a disponibilizar gratuitamente serviços que hoje vende aos órgãos de comunicação social. Seria portanto um impacto positivo financeiro nos órgãos de comunicação social, essa possibilidade de disponibilizar gratuitamente esses serviços e, até, de os meios conseguirem aceder a mais serviços — no âmbito da lusofonia, por exemplo —, face aos que têm hoje.

Portanto, aquilo que o Grupo Parlamentar do PSD gostava de saber é se, no âmbito das negociações que têm existido até à data — não relacionadas com esta situação do grupo Global Media —, o Estado, hoje já acionista maioritário da Lusa, alguma vez propôs aos acionistas privados, em troca de aumentar a indemnização compensatória, como aconteceu, fazer uma alteração ao contrato de prestação de serviço público no sentido de baixar o preço ou de caminhar para a gratuitidade desse serviço.

Portanto, gostava que o Sr. Ministro dissesse aqui se o Estado já teve essa postura, tendo em conta que é o acionista maioritário da Lusa.

O segundo tema — e o PSD não poderia deixar de o referir nesta segunda intervenção — tem que ver com a composição da ERC e do Conselho Regulador da ERC, pois entendemos que é um assunto demasiado sério e que, em função da representação parlamentar na Assembleia da República, neste mandato e também nas legislaturas anteriores, exige um acordo de dois terços para a sua eleição. E, naturalmente, essa composição do Conselho Regulador costuma resultar de um acordo entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata.

Ora, parece-nos de mau tom — parece-nos mesmo de mau tom! — que, quando não consegue que o PSD seja um mero notário das suas vontades ou das suas decisões, o Partido Socialista venha a cada ocasião referir que o Conselho Regulador da ERC não foi eleito mais cedo, apenas e só, por responsabilidade do PSD. Porque isso quereria implicar que, num acordo — naturalmente, existindo um acordo, há duas partes que têm de chegar a acordo —, uma das partes teria de dizer que sim a todas as vontades da outra parte; já para não falar que, durante todo o processo, o Partido Socialista ou pessoas ligadas ao Partido Socialista andaram sempre a colocar notícias nos jornais relativamente ao que se passava no âmbito desta negociação do acordo.

Por isso, achamos de muito mau tom, tanto as declarações que o Sr. Ministro fez como as declarações que a Sr.^a Deputada Rosário Gambôa fez a este propósito, porque um acordo é isso mesmo; não é um partido fazer de notário da vontade do outro, só porque o outro pensa que está na possibilidade de escolher tudo como quer.

A esse propósito, também não poderia deixar de referir que, há pouco, não sei se de forma maliciosa, sub-reptícia, a Sr.^a Deputada Rosário Gambôa quase que, de alguma forma, veio dizer que a posição que o PSD teve — e

que o Sr. Ministro aqui já reafirmou —, já estando o Governo em gestão, relativamente à aquisição do capital da Global Media na Lusa... Quase que dando a entender que, no final do dia, a responsabilidade do que se passa no Grupo Global Media, de certa forma, também está ligada ao PSD.

Eu estou a dizer aquilo que disse a Sr.^a Deputada Rosário Gambôa...

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Vou concluir, Sr. Presidente.

A Sr.^a Deputada deixou entender... Ou seja, atirou para o PSD a situação da Lusa, atirou para o PSD a situação da ERC e, portanto, quase que deixou passar a ideia —e o Partido Socialista está a tentar fazer passar essa ideia — de que o PSD tem aqui uma certa responsabilidade, quase que uma nebulosa! Nós sabemos como é que estas coisas se fazem...

Por isso, foi também importante a declaração que o Sr. Ministro aqui proferiu, porque o PSD, quando lhe transmitiu a sua posição de que achava que era inoportuno o momento, porque o País ia para eleições, mas também por existirem estas dúvidas sobre a titularidade dos acionistas do grupo, como o Sr. Ministro acabou de referir numa resposta ao Partido Comunista Português... Bom, eu gostava que o Sr. Ministro, e termino com esta questão, reafirmasse aqui, perentoriamente, algo que disse: que, provavelmente, este valor de 2,5 milhões de euros — descontando depois a dívida da Global Media à Lusa — seria insuficiente ou que não seria aquilo que o Estado queria fazer ao reforçar a sua posição na Lusa, que era para resolver um problema de curto prazo de tesouraria do grupo Global Media.

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado, se nós combinarmos grelhas de tempos e todos fizerem como o Sr. Deputado não temos ordem na Mesa.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Pedia só ao Sr. Ministro que reafirmasse, perentoriamente, que esta operação não serviria, não teria valor suficiente para resolver os problemas de tesouraria do grupo Global Media.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Alexandre Poço.
Tem a palavra, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a Sr.^a Deputada Rosário Gambôa.

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente.
Não era este o tipo de intervenção que gostaria de fazer nos dois minutos finais, mas gostava de dizer ao Sr. Deputado Alexandre Poço e ao PSD que as responsabilidades políticas tomam-se e têm consequências.

A propósito do Conselho Regulador da ERC, gostava de dizer que, no anterior Conselho Regulador, entre cinco elementos escolhidos na Assembleia da República três eram do PSD; e que na atual composição...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do orador.*

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Posso continuar? Muito obrigada!
Na atual composição, ao fim de não sei quantos meses de desgaste, por interesse público, por responsabilidade política, o PS aceitou e os senhores têm outra vez três elementos e o PS tem dois. Estamos entendidos?!

Relativamente à ERC é esta a situação: a dominância do PSD no Conselho Regulador da ERC. Muito bem, mas o PS não podia arrastar mais tempo esta situação, tinha consciência do que estava a acontecer.

Relativamente à Lusa, gostava de dizer que o Sr. Deputado está a desvirtuar constantemente questões que passam, fundamentalmente, por um projeto que está em cima da mesa, que tinha de ser aprovado em assembleia geral e implicava uma maioria acionista, e era essa maioria acionista que ia ser feita. E o projeto em si tem os seus valores.

Como vou respeitar o meu tempo, vou gostar de dizer que, com certeza, no programa eleitoral do Partido Socialista esta noção da Lusa com este modelo irá constar. Irá constar pela virtude que o projeto tem, em si, e porque entendemos que tem de ser implementado algo com estas características, num modelo de gestão de independência — que é aquilo que sempre defendemos — do poder político e do poder económico. Com certeza, lá constará.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada Rosária Gambôa.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Ministro, ainda que com algum humor, respondeu a todas as perguntas da Iniciativa Liberal. Estamos perfeitamente esclarecidos e não vou utilizar este tempo para declarações políticas, como foi feito há pouco.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.^a Deputada.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Relativamente à Lusa, a posição do PCP não é de agora, não resulta dos últimos meses, já é uma posição de há mais tempo. Portanto, não baralhe para criar confusão, porque quando nós colocamos a questão de o Estado dever deter a propriedade plena da Lusa é por aquilo que consideramos relativamente ao que deve ser a agência de notícias e o papel que ela tem no nosso País. É a esses aspetos que nos estamos a cingir na nossa posição, que é fundamentada por essas questões. Daí, também, a conclusão que tiramos e a consideração relativamente ao posicionamento e à decisão que o Governo acabou por tomar no final do ano passado.

Houve uma pergunta que coloquei e creio que o Sr. Ministro não abordou, que se prende com o processo de concentração da propriedade dos órgãos de comunicação social no nosso País. É o que está a acontecer, e não vou repetir o que já disse inicialmente.

Nós consideramos que esta é uma matéria em que, de facto, é necessário travar, impedir e que haja, inclusivamente, uma intervenção, porque este processo de concentração de propriedade coloca em causa a pluralidade e a diversidade — aliás, estão à vista os resultados neste exemplo concreto da Global Media e, também, no condicionamento e na degradação das condições de trabalho dos próprios trabalhadores no setor da comunicação social, como registamos que está a acontecer em Portugal.

Gostaria só de fazer duas últimas perguntas, telegráficas, que se prendem com os arquivos do *DN* e do *JN*, que estão em situações diferentes, pois o *DN* já foi classificado como tesouro nacional.

Gostaria de lhe perguntar se, da parte do Governo, dos serviços da Administração Pública, foi tomada alguma iniciativa para averiguar se o proprietário cumpre os deveres, que o próprio tem, de proteção, neste caso concreto, do arquivo do *DN*. Bem sabemos, são responsabilidade do proprietário, mas importa garantir que a proteção do arquivo está, de facto, a acontecer.

Em relação ao arquivo do *JN*, o Sr. Ministro já fez referência às diligências, mas gostaria de perguntar se, de facto, de acordo com o que estava previsto, tem alguma perspetiva com vista à classificação deste arquivo. Daquilo que compreendemos, o processo foi iniciado, mas gostaríamos de saber se há alguma perspetiva temporal para o seu desenvolvimento.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada Paula Santos.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Partilho das preocupações que já foram aqui demonstradas sobre o arquivo e o acervo do *DN* e do *JN*. Aliás, houve uma preocupação ontem manifestada, e que já foi manifestada pelos trabalhadores, que se prende com o facto de problemas nos fornecedores, nomeadamente nos fornecedores de serviços digitais, terem posto em causa o arquivo *online* do *DN*, pelo menos — julgo que do *JN* também, e não sei se da TSF —, o que demonstra o que a irresponsabilidade de gestão pode originar e os danos que pode causar.

Mas, além disso, há o arquivo histórico, há o espólio, e todos eles podem estar em causa se o processo tiver um desfecho que nós não

desejamos... E eles devem ser preservados. Não sei se o Sr. Ministro considerou instrumentos nesse sentido.

Do ponto de vista da proteção da pluralidade dos *media*, gostaria apenas de ouvir a sua opinião sobre o seguinte: um antigo detentor da pasta, Miguel Poiares Maduro, tem feito um conjunto de comentários e de declarações, dizendo que a atual legislação sobre propriedade e transparência dos *media* é das mais avançadas da Europa e que, do ponto de vista geral, ela cobre todas as preocupações, assim fosse cumprida.

Gostaria de saber a sua opinião, enquanto ministro atualmente com a pasta, quanto à legislação que enquadra a transparência e as exigências de transparência e de idoneidade relativamente à propriedade e administração dos meios de comunicação social.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

Sr. Ministro, foram-lhe colocadas questões por cinco grupos parlamentares, o que lhe confere até 10 minutos para responder.

Tem então a palavra o Sr. Ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva.

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Começando pela Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz, vai-me desculpar, pois sei que não fez nenhuma declaração política, mas o Presidente do seu partido fez uma declaração política recentemente. Está aqui, no *Jornal Económico*: «Questionado sobre se o Estado deveria deter ou gerir empresas como a CP, a RTP, a Lusa, a PARPÚBLICA, o líder dos Liberais considera que o Estado gere pior do que os privados e, portanto, é desejável que, na maior parte dos casos, a gestão seja privada.»

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Na maior parte dos casos...

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Portanto, tirando a Lusa!
Perguntaram-lhe sobre a Lusa e ele ia excepcionar a Lusa!

Fico muito contente!

Protestos da Deputada da IL Patrícia Gilvaz.

Eu fico muito contente!

Protestos da Deputada da IL Patrícia Gilvaz.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz, nós já...

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Não me convença a votar na Iniciativa Liberal! Fico muito contente. Estou quase, estou quase. Estou quase!...

Pronto, não sonhei com isto, mas fico muito contente, mesmo, que comecem a excepcionar, sequencialmente, entidades que afinal não devem ser privatizadas. A seguir vai ser a Caixa Geral de Depósitos, e por aí... Vão chegar a esse momento, é uma questão de consolidação, de enraizamento dos partidos. Quer dizer, há uma espécie de impulso inicial ideológico, que depois a realidade tende a contrabalançar.

Sr. Deputado Alexandre Poço, a sua pergunta é importante e pensei que... Quer dizer, na verdade já a tinha sinalizado, numa das primeiras intervenções. Nós não começámos a pensar neste modelo em relação à Lusa

por força da oportunidade que surge quando sou contactado pelo Sr. Marco Galinha, no dia 31 de julho!

Portanto, com o Conselho de Administração da Lusa e com o presidente do Conselho de Administração, já vínhamos trabalhando nisso. Agora não consigo situar, exatamente, o momento em que comecei esta interação com a Lusa para que, em 2024, isto acontecesse, mas foi, não sei... em março, abril. Foi pela altura em que, aliás, vim ao Parlamento falar sobre a situação laboral e remuneratória na Lusa.

Nessa altura, além da revisão da indemnização compensatória em que estávamos a trabalhar, para 2023, com o Tesouro, comecei logo a trabalhar nisso. O próximo Governo vai ter o trabalho bastante avançado, e por isso é que digo que é possível concretizar essa medida.

Não estou a dizer que o próximo Governo é do PSD, não se entusiasme!

Protestos do Deputado do PSD Alexandre Poço.

Alguém tem de o entusiasmar, eu percebo, alguém tem de entusiasmar o PSD. Já fiz um pouco disso com a Iniciativa Liberal, não me peça o mesmo, agora, com o PSD.

Mas quanto à partilha dessa ideia com os restantes acionistas privados, sim, partilhei com a NP, porque é um acionista de natureza distinta. E porquê? Porque uma das vantagens de ser cooperante da NP é que há um desconto no serviço da Lusa. Ou seja, os órgãos de comunicação social que fazem parte da NP têm um desconto, e isto significa que, se avançarmos com esta alteração, a NP perde um pouco a razão de ser.

Isso implica uma alteração no acordo parassocial, porque acho que é muito importante que se mantenha esta relação da NP, é ainda mais importante no momento em que o Estado passe a ser acionista quase hegemónico.

E por isso, sim, partilhei. Não estou certo, não lhe consigo confirmar, se partilhei com a Sr.^a Administradora da Sonae que tem o *Público*... Talvez o tenha feito também, isso não lhe consigo garantir. Mas, sim, falei com acionistas e o Conselho de Administração está ciente e trabalhou nesta solução.

Há aqui um tema, e com isso aproveito para passar para a Sr.^a Deputada Paula Santos, de momento e de oportunidade. Percebo a posição do PCP, pois também tendo a achar — agora a minha opinião conta pouco para esta matéria — que a evolução da comunicação social em Portugal, em particular, leva a que faça mais sentido que a Lusa seja essencialmente detida por capitais públicos, precisamente para ter essa flexibilidade, para poder ser utilizada como instrumento de apoio à comunicação social.

Mas esta operação iniciou-se porque o acionista contactou o membro do Governo com a tutela, mostrando essa disponibilidade. Outra coisa é expropriarmos uma participação de um acionista que não quer vender. Eu não sei o que é que vai acontecer; gostava que isso não acontecesse, mas tudo é possível.

Quanto à concentração, uma das questões que coloquei à ERC foi, precisamente, para saber que implicações tem para o pluralismo e para a concentração aquilo que está a acontecer na Global, num cenário até mais dramático. Eu tenho a minha impressão — a minha impressão como ministro, mas também como alguém que não só trabalhou durante muitos

anos na comunicação social como olha, enquanto, observador atento para aquilo que se passa —, mas é à ERC que compete fazer essa avaliação.

Não tenho instrumentos para avaliar as implicações, do ponto de vista do pluralismo e da concentração. Posso ter a minha opinião, e, como calcula, a minha opinião está vedada de ser agora tornada pública — tive muitos anos em que era livre de dizer o que pensava em cada momento.

O Ministro da Cultura tem opiniões, não fundadas em informação, sobre se há risco de concentração ou se há pluralismo. Isso implica métricas, implica uma avaliação, e conto que a ERC... Aliás, isso está refletido naquilo que a ERC disse nesta semana, e, portanto, é um passo que a ERC também terá de dar.

Quanto aos arquivos, o arquivo do *DN* está protegido. Se não forem cumpridas as obrigações, aplicar-se-ão o mesmo tipo de instrumentos sancionatórios que acontecem com qualquer violação de património...

Protestos da Deputada do PCP, Paula Santos.

Isso é verdade em relação a todo o património e a tudo o que está classificado. Não tenho nenhum sinal, não tive nenhuma indicação de que isso não acontecia no caso do *DN*, pelo contrário. O Sr. Marco Galinha teve a oportunidade de dizer que as condições em que estava o arquivo eram bastante boas. Se houver alguma indicação, todas as entidades que têm responsabilidade de verificar que isso acontece... Não pode haver uma espécie de intervenção preventiva, senão vamos ter intervenção em tudo o que é classificado só porque há uma ideia de que pode não estar a ser protegido.

Quanto ao *JN*, o procedimento iniciou-se muito recentemente. A resposta que veio da administração foi que, no momento da mudança das instalações, não era possível fazer essa primeira verificação e contato com o arquivo, mas isso será feito agora rapidamente.

E, repito: a partir do momento em que se inicia um procedimento para classificação, o bem a ser classificado fica automaticamente protegido. Ou seja, a classificação não produz efeito apenas no momento em que a tutela fecha o processo. A partir do momento em que ele se inicia, o bem fica automaticamente protegido.

Acho que é boa ideia estarmos atentos e alerta em relação a essa matéria. Mas, para ser sincero, acho que dos problemas que se colocam, ao dia de hoje, no grupo Global, esse não é aquele que nos deve alarmar mais. Não digo que no futuro isso não possa acontecer, mas, para já, estou confiante em que será assim.

E o mesmo, já agora, para o arquivo do jornal *A Bola*, que é um arquivo fotográfico riquíssimo, não apenas para a realidade desportiva, mas para outras realidades.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, chegamos ao final...

Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Joana Mortágua, quer ...?

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Falta responder à questão da legislação que enquadra a transparência...

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Ah, tem razão!

O Sr. **Presidente**: — Pretende responder, Sr. Ministro?

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Foi por esquecimento.

Também nessa matéria, não apenas ao nível nacional, mas ao nível europeu, há pouco já chamei a atenção de que era importante que o Parlamento acompanhasse aquilo que têm sido as evoluções na discussão sobre o *media freedom act*, as implicações que isso terá e os passos que serão dados na decorrência disso.

Portanto, não é só a legislação portuguesa, é também aquilo que acontece no enquadramento europeu, que são avanços significativos, e onde, aliás, Portugal teve uma posição sempre bastante intransigente, para não ceder a algumas tentações que existiam em muitos países de transformar aquilo que é apresentado como um ato para proteger a liberdade dos *media* em algo que poderia limitar a liberdade dos *media*.

Apesar de tudo, do ponto de vista do enquadramento, acho que têm sido feitos avanços importantes. Acho que estamos com um trabalho mais incipiente em pensar sobre como é que se pode apoiar a comunicação social de forma mais eficaz e mais eficiente, porque tenho visto muitas declarações e tenho visto muito pouca reflexão que seja efetivamente produtiva. Aliás, as reflexões mais interessantes até são aquelas que não dão esse passo de pensar, exatamente, que instrumentos de política é que temos.

Para responder concretamente à sua pergunta, Sr.^a Deputada Joana Mortágua, preocupa-me menos o enquadramento regulatório para estas matérias e muito mais aquilo que é preciso fazer do ponto de vista dos sistemas de incentivos, porque o quadro atual leva-me a ser muito pessimista

sobre a possibilidade de garantirmos a diversidade, o pluralismo e a viabilidade económico-financeira — estes três, em simultâneo, são difíceis de alcançar no caso português.

Nós podemos ter viabilidade económico-financeira, mas, se calhar, não temos pluralidade e diversidade; podemos ter pluralidade e diversidade, mas não teremos viabilidade económico-financeira. Julgo que isto é muito desafiante para o Estado português, para o Parlamento que sairá depois das eleições de março, e até a Iniciativa Liberal se vai juntar a esta preocupação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, muito obrigado.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, chegamos ao fim desta audição. Agora, parece mesmo que sim, que será a última vez...

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Agora é a última!

O Sr. **Presidente**: — ... que o Sr. Ministro virá, pelo menos nesta Legislatura, ao Parlamento.

Agradeço mais uma vez a sua presença, esta e todas aquelas em que estive connosco, para responder a todas as questões que lhe foram colocadas.

O Sr. **Ministro da Cultura**: — Foi um gosto, foi um gosto!

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos fazer uma pausa, só de 1 minuto, para que o Sr. Ministro possa sair.

Temos ainda alguns pontos na agenda de trabalho e, por isso, pedia mais um pouco da vossa tolerância para terminarmos a nossa agenda.

Eram 13 horas.